

MUSEU PARAENSE: A ANTROPOLOGIA NA PERSPECTIVA DE UM SABER SOBRE E NA AMAZÔNIA (1886 - 1921)

I Parte

Angela Maria de Moraes Bertho¹

RESUMO - O estudo busca circunstanciar os horizontes intelectuais e políticos da Formação e Consolidação do Museu Paraense enfocando principalmente a constituição e desenvolvimento da ciência antropológica nessa instituição. A primeira fase, inserida no Império cuja "política científica" para a Amazônia era de sigilo de informações, marca a reação de uma elite ilustrada, pelo saber da própria região: geografia (física e humana), arqueologia e etnologia. A segunda fase, durante a 1ª República, em pleno "boom" da borracha, vai capacitar o Museu entre as instituições de excelência da época. A produção do conhecimento antropológico, no entanto, sofre um retrocesso, privilegiando-se as ciências biológicas. Em perspectiva o amplo contexto em que nasceu o pensar e o refletir antropológicos sobre a Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: *Política científica, Pensamento antropológico, História da Ciência, Amazônia.*

ABSTRACT - This paper describes the intellectual and political background in which the Museu Paraense was formed and consolidated, focusing the build-up and the development of an anthropological knowledge in this Institution. The first period developed under the Imperial rule, whose scientific politic for Amazonia was one of static secrecy. Its shows a local elite in search of knowledge on her own region: human and physical geography, archaeology and ethnology. The 2nd. period, under the Old Republic, and stressed by the Rubber Boom, set the Museu Paraense among the outstanding scientific institutions of this time. Anthropological knowledge, however, was a serious gap in such improvement that privileged biological sciences. The paper points to a larger context for the beginnings of anthropological thinking on Amazonia.

KEY WORDS: *Scientific Politic; Anthropological thinking; History of Sciences; Amazonia.*

¹ Pesquisadora de Desenvolvimento Regional do MPEG/CNPq

INTRODUÇÃO

O século XIX assistiu a muitas viagens e expedições naturalistas de caráter científico, que objetivavam a exploração de territórios incógnitos, até então, pela ciência europeia, marcada pelo amplo horizonte do Evolucionismo. Essas expedições não seguiam um modelo único, podiam ser realizadas por naturalistas com certa fortuna, como foi o caso de Humboldt; comissionadas por coroas estrangeiras, caso de Darwin, Martius e Spix; por naturalistas profissionais financiados por herbários e mesmo por mecenas, como foi o caso de Nathanael Thayer, juntamente com o apoio do governo norte-americano e brasileiro, que patrocinaram a expedição chefiada pelo professor Louis Agassiz da Universidade de Harvard. Cerca de 70% dessas viagens partiram, passaram ou chegaram à Amazônia.

Os lugares por excelência de recolhimento e difusão desse “saber” eram os Museus de História Natural. No Brasil, durante aquele século, foram criadas três dessas instituições que desempenhavam também a função acadêmica, pela falta de universidades no país.

O primeiro deles foi o Museu Nacional ou Museu Real, criado em 1818 no Rio de Janeiro; o segundo, o Museu Paulista, em 1824, em São Paulo e o terceiro, o Museu Paraense, em 1866, em Belém do Pará.

O Museu Nacional foi instaurado no bojo de mudanças de ordem política: a vinda da família Real para o Rio de Janeiro em 1808, quando da invasão dos exércitos napoleônicos em Portugal. O Museu era antes um depositário de exposições exóticas doadas ou compradas de particulares. Somente a partir de 1876 foi reformulado na administração de Ladislau Neto aos moldes dos museus europeus. Estes contavam com intenso apoio financeiro, pessoal qualificado e desenvolviam pesquisas sistemáticas. Os museus brasileiros só para o final do século apresentavam esse perfil.

O Museu Paulista foi bastante tardio no começo de suas atividades pela demora da construção de seu prédio em estilo renascentista. De sua criação até o começo de suas atividades decorreram 70 anos.

Ambos, Museu Nacional e Museu Paulista eram obras comemorativas. O primeiro da instauração da Coroa Portuguesa no Brasil, e o segundo, da Independência.

Já o Museu Paraense foi criado por vários intelectuais, profissionais liberais e políticos de Belém. Muitos deles, tendo cursado universidades na

Europa, se empenhavam em criar na Amazônia um museu que acolhesse na própria região seu conhecimento e as descobertas etnográficas e arqueológicas. Muitos ressentiam-se que inúmeras peças e coleções saíam dali sem nenhum controle ou retorno para alimentar museus estrangeiros.

Pela falta de apoio resolutivo do estado da província, criaram uma sociedade de caráter particular. A Sociedade Filomática - que tinha por objetivo a criação do Museu de História Natural e Ethnographia. A primeira sede do futuro museu foi instalada na casa do primeiro diretor e, cinco anos mais tarde, a instituição passaria para a órbita da administração do Estado do Pará e seria oficialmente fundada.

Durante a sua fase de Formação (1866 a 1888), foi o único entre os museus do século XIX a ter uma seção específica para a área “antropológica”, de certa maneira com autonomia com relação às Ciências Naturais.

O objetivo desta seção era o conhecimento do Homem do Vale Amazônico. Seu primeiro diretor, Domingos Soares Ferreira Penna, realizou estudos geográficos, demográficos, históricos, escavações e estudos arqueológicos sobre cerâmicas e sambaquis em vários sítios, coleta de vocabulário, inscrições e história indígena. Realizou pesquisas com populações caboclas, indígenas e urbanas.

No Museu Nacional, a Antropologia estava no mesmo item de classificação da Zoologia Aplicada e Paleontologia Animal. As pesquisas mais significativas eram de dois biólogos interessados também pelo estudo do Homem: Ladislau Neto e J.B. Lacerda, com estudos craniológicos, antropológicos e arqueológicos das raças do Brasil.

No Museu Paulista, a Antropologia também estava classificada junto à Zoologia e seu diretor, o zoólogo alemão Hermann von Ihering, realizava trabalhos ligados à Frenologia, que estudava o caráter e as funções intelectuais do Homem pela conformação do cérebro.

O virtual desenvolvimento da área Etnográfica no Museu Paraense, exceção à regra entre os museus brasileiros no século XIX, encontrou um ponto de estagnação em sua fase de Consolidação como instituição científica, quando foi convidado para restaurá-lo e dirigi-lo o zoólogo alemão Emílio Goeldi, em 1894. Questões de filosofia política do primeiro governador republicano do Pará aliada às preferências de seu diretor à época fizeram com que as áreas antropológicas ficassem relegadas a segundo plano em detrimento das Ciências Naturais. Esse rearranjo contrariou o projeto com que foi fundado o Museu.

A esses dois processos: o de Formação e o de Consolidação do “Museu Paraense de História Natural e Etnographia” está dedicado este ensaio.

1. A Política Científica do Império sobre a Região

Há inúmeros pontos de convergência que motivaram a luta pela instauração de um Museu de História Natural e Etnografia na Amazônia. Esta, cujo nome já provinha do mito e da lenda, atraía desbravadores, aventureiros e viajantes. A natureza selvática e “intocada” da região, fascinava os europeus. Seu atributo maior era ser depositária de mistérios de toda ordem. Além da curiosidade pelo seu conhecimento, existia a intrincada demarcação de limites entre Portugal e Espanha que tornava essa questão delicada, no sentido de se evitar a propagação de informações sobre ela.

No século XVII, a Coroa Portuguesa organizou uma comissão, tendo à frente o naturalista e filósofo Alexandre Barbosa Rodrigues, para uma viagem de exploração científica, com o objetivo de obter informações de tudo que fosse possível, dos três reinos da Natureza no ambiente amazônico. Mas essa expedição foi cercada de muita cautela e sigilo de informações. Durou dez anos, de 1783 a 1793, a chamada “Viagem Filosófica pela Amazônia e Mato-Grosso”, e estava determinada a incorporar-se parcialmente às comissões de demarcação de fronteiras, razão, entre outras, que impediu a publicação das pesquisas realizadas.

A partir da “Viagem Filosófica”, como ficou conhecida, a Amazônia tornou-se palco de inúmeras outras expedições de naturalistas interessados em seu conhecimento². Não sem antes, Alexandre Humboldt e A. Bonpland terem expressa ordem de prisão, caso entrassem em território brasileiro, na sua célebre viagem pelo norte da América do Sul. Esses pesquisadores se limitaram então a explorar os territórios pertencentes à coroa espanhola entre 1799 e 1803.

Depois da Independência, 1822, e já antes com a chegada da família real em 1808 ao Rio de Janeiro, a situação era outra. Carl F. P. von Martius e Johann B. von Spix, que realizaram uma expedição científica entre os anos de 1817 e 1820, chegam no bojo de uma renovação de idéias, com o Brasil abrindo-se a todas as nações amigas. Esses pesquisadores vieram sob o patrocínio do Rei

² Carl P. von Martius e Johann B. von Spix (1817-1820); Johann Natterer (1817-1835); Richard Spruce (1849-1864); Alfred Wallace (1848-1852); Henry W. Bates (1848-1859)

da Baviera - Maximiliano José I, incorporando-se à comitiva da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo da Áustria, futura princesa do Brasil, noiva do príncipe e futuro Imperador do Brasil, D. Pedro I.

Em meados do II Império, já com D. Pedro II, volta a preocupação com a intensa afluência de naturalistas estrangeiros interessados em estudar a região.

Foi organizada com toda pompa e empenho uma viagem científica na capital do Império - a Comissão Científica de Exploração - como foi oficialmente denominada. Foi proposta para que se explorasse as províncias menos conhecidas do Brasil, as do Norte e Nordeste. Demorou dois anos e meio em preparativos e causou bastante polêmica, porque só foi constituída por pesquisadores nacionais³, sendo proibido o ingresso de estrangeiros.

Capistrano de Abreu, fazendo um balanço do século XX, escreveu sobre essa comissão:

“Pensou-se em ciência nacional. e com um jacobinismo pouco commum nestes domínios em geral menos expostos às paixões exclusivas, instituiu-se uma comissão científica para explorar as províncias no norte. em que deveriam ter sido enormes: infelizmente parece, que se perdeu tudo no naufrágio de um barco” (Abreu 1938).

A Comissão teve total apoio do Imperador, que não poupou recursos para organizá-la.

Segundo Lucia Miguel Pereira:

“E durante algum tempo a camada culta do império embalou na esperança de acordar, um belo dia, com a notícia do descobrimento de alguma mina capaz de fazer voltar aos áureos dias de Vila Rica” (Pereira 1943:246).

Findos os preparativos, essa viagem começou entre os finais do ano de 1859 e 1861. O Imperador em pessoa, acompanhado da Imperatriz, empreendeu uma viagem ao norte trazendo de lá livros e documentos que ofertou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Infelizmente, no que tocava à etnografia, os resultados foram nulos pela morte do comissionado a seu encargo - Antonio Gonçalves Dias. Poeta já famoso, funcionário da Secretaria de Estrangeiros, recrutado em várias ocasiões

³ Presidida pelo Conselheiro Francisco Freire Alemão, botânico. Seções: Botânica - o mesmo; Mineralogia - o futuro Barão de Capanema; Zoologia - comendador Manuel Ferreira Lagos; Astronomia e Geografia - capitão-tenente Giacomo Raja Gabaglia; Etnografia e narrativa da viagem - Antonio Gonçalves Dias.

em missão para a Europa, à cata de documentos de interesse do Império, e de seus próprios, para suas pesquisas históricas. Foi encarregado, inclusive da compra de diversos materiais para a expedição. Finda a viagem pelo Norte e Nordeste, Gonçalves Dias retorna novamente para a Europa, a fim de tratar-se da saúde. De volta ao Maranhão, sua terra natal, onde concluiria com calma o relatório que lhe cabia, o navio em que viajava bateu em um banco de areia, já na costa, e parte-se ao meio. Doente, acamado, quando a tripulação lembrou-se do único passageiro a bordo, já era tarde. E com ele, perdeu-se toda a documentação que trazia sobre a área etnográfica.

A essas circunstâncias gerais do Império, somavam-se às da própria região que influíram na fundação de um museu na Amazônia.

FORMAÇÃO

1. A Reação Regional: o interesse pelo conhecimento da própria região.

Os idealizadores do futuro Museu Paraense queriam criar em Belém um congêneres dos vários Museus de História Natural existentes no Velho Mundo.

Sintonizados com a política mais ampla do Império, e em especial com a exercida na Amazônia, esses idealizadores formavam um grupo de “notáveis”. Profissionais liberais e políticos, alguns eram descendentes da nobreza do Império, ou eles mesmos agraciados com títulos nobiliários ou comendas de mérito. Coursaram universidades ou mesmo fizeram especializações na Europa, de onde vinham entusiasmados com a criação de um museu em plena Amazônia.

Dois deles, deputados da Assembléia Provincial, em 1861, apresentaram um projeto aditivo de orçamento para a criação do Museu no valor de 600.000 Réis. Foram eles: Joaquim Correia de Freitas (médico, educador e deputado) e Joaquim José de Assis (fundador em 1876 do jornal “A Província do Pará”). O aditivo foi sancionado pelo então governador da província: Francisco Carlos de Araújo Brusque. Mas, à vontade inicial não se seguiu nem impulso efetivo, nem outras dotações orçamentárias para a continuidade da implantação da idéia.

O impulso efetivo viria cinco anos mais tarde, e se daria em duas frentes. A primeira, foi a estada da comitiva científica organizada por Jean Louis Agassiz (naturalista suíço naturalizado norte-americano), professor da universidade de Harvard, e fundador do Museum of Comparative Zoology em Harvard, em 1860. Filósofo, médico e naturalista, Agassiz chefiou a chamada

Expedição Thayer, de 1865 a 1866, financiada em parte por Nathanael Thayer, com assistência da Marinha dos EUA, e em parte pelo Imperador D. Pedro II, que custearia sua estada no Brasil.

Essa atitude por parte do governo brasileiro já anunciava a abertura do rio Amazonas à navegação mercante, ocorrida dois anos após, em 7 de setembro de 1867.

Em várias ocasiões Louis Agassiz se avistou e conferenciou sobre suas descobertas e pesquisas para a camada intelectual da província, interessados nos resultados da expedição. Aventaram-lhe a idéia da criação do Museu, sendo por ele estimulada. O presidente da província na época era José Couto de Magalhães (1864 a 1866), que também era um interessado estudioso das ciências naturais e etnográficas, tendo mais tarde publicado "O Selvagem" como membro do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, sediado no Rio de Janeiro.

Seu secretário de governo, Domingos Soares Ferreira Penna, estava entre os que mantiveram com Agassiz conversações sobre suas pesquisas. Penna foi um dos membros da direção da Exposição Provincial que Agassiz presenciou, mudando sua rota de regresso aos EUA especialmente para assisti-la.

O segundo impulso para a criação do Museu, foi justamente centrado na pessoa de Ferreira Penna.

Com uma biografia de difícil reconstituição, já tentada por alguns autores, esse mineiro de Mariana, nascido em 1818, ex-seminarista, oficial maior da Secretaria da Assembléia Provincial de Minas Gerais, demitido pelos conservadores em 1850, por razões políticas, funda o jornal "O Apóstolo" de propaganda republicana.

José Veríssimo, autor da primeira biografia sobre Ferreira Penna, em 1895, informa que esse jornal teve muita aceitação, principalmente entre o clero por combater a monarquia. Incompatibilizou-se Penna com o dono da tipografia por ser republicano e partiu para o Rio de Janeiro e São Paulo. Amigo do Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, "acompanhou-o ao Rio de Janeiro e dali a São Paulo, onde com ele, presidente daquela província serviu." (Veríssimo 1896).

Posteriormente trabalhou na Secretaria de Polícia da Corte, no Rio de Janeiro, exerceu também o trabalho de jornalista e finalmente veio ao Pará, convidado pelo Tenente Coronel Manoel de Frias Vasconcelos, nomeado Presidente da província onde serviu como seu secretário de governo em 1858.

Esse republicano, que não poucas vezes se descompatibilizou com políticos monarquistas, vinha de uma família da qual um irmão, dez anos mais velho, chegou a ser Conselheiro do Império de 1860 a 1866. Herculano Ferreira Penna, dispunha de absoluta confiança do Imperador, tendo sido por oito vezes presidente de províncias, nomeado por este. Entre as províncias que governou estavam as do Pará, em 1846 e Amazonas, 1852 a 1853. Foi também senador do Império por várias legislaturas.

Esse fato não consta da biografia escrita por José Veríssimo, seu amigo pessoal e colaborador. Como também na escrita por Osvaldo Rodrigues da Cunha, que, baseando-se naquela, acrescentou inúmeros outros dados (Cunha 1989).

Nada sabemos sobre as relações entre os dois irmãos, se de alguma forma o teriam favorecido para inúmeros cargos públicos que ocupou, como também o de ter sido viajante naturalista do Museu Nacional, durante a década de 1870, instituição visceralmente ligada ao Imperador. De qualquer maneira, a incompatibilidade política de Penna com a monarquia não impediu que ele transitasse em cargos públicos com desembaraço e prestígio, como o de ter sido secretário de governos no Pará por sete anos consecutivos; e as funções em instituições de investigação científica, não lhe faltaram méritos.

Autodidata em questões científicas, Ferreira Penna realizara uma missão de estudos para o governo de Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1861. Este se ressentia de falta de informações geográficas, populacionais, comerciais, de produção e demanda de bens agrícolas das regiões distantes da capital administrativa - Belém -. Araújo Brusque comentou o fato com seu secretário e este se ofereceu para consegui-los, no que foi aceito. Partiu então para esta missão, juntamente com um engenheiro indicado, tenente bacharel Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim. O resultado desta missão foi publicado sob o título: "O Tocantins e o Anapú", em 1864.

A essa primeira missão governamental seguiram-se várias outras, as quais retornaremos.

O fato é que Ferreira Penna deveria estar sintonizado com as questões que envolviam, se podemos assim denominar "a política científica do império", por ter vivido na capital da corte, e trabalhado em instituições diretamente ligadas a esta. Além de ter o irmão um alto cargo político, conselheiro do império. A importância estratégica da província do norte não seria ignorada pela elite intelectual, principalmente no que se relacionava às questões de limites e, em

decorrência o sigilo de informações, sem contar com o malogrado relatório etnográfico da “Comissão de Exploração” pela morte de seu relator Gonçalves Dias por aquela época.

No Pará, Ferreira Penna travou conhecimento com a elite intelectual. Seus membros, na maioria profissionais liberais recém-chegados da Europa, traziam o entusiasmo pela ciência, que na província não tinham como alimentar. Dada sua instrução, essa elite, tornada “notável”, ocupava cargos no poder público e acalentava mudar o panorama cultural da cidade, como também tornar conhecida a região ignorada pelos próprios amazônidas. Penna, familiarizado com essas aspirações e já com algum conhecimento da região, começou a liderar essa elite no sentido de criar uma entidade particular que pudesse organizar um Museu de História Natural e Etnografia, já que os poderes públicos se mostravam reticentes, mesmo com o apoio de alguns políticos empreendedores dessa nova geração “ilustrada” recém-chegada da Europa.

2. A Criação do Museu

A. A Sociedade Filomática: Núcleo do Museu

Reunidos em torno da idéia da organização do Museu, foi fundada a Sociedade Filomática em 1866. A reunião de sua fundação deu-se no salão principal do Palácio do Governo que Ferreira Penna secretariava, com autorização do 1º vice-presidente do governo de Pedro Leão Veloso.

A primeira diretoria administrativa era composta por uma variada gama de profissionais: médicos, advogados, professores, comerciante, padre e maçom. Era uma sociedade de caráter particular e, em seu primeiro ano de existência, funcionou na casa de seu primeiro presidente, Ferreira Penna.

Os estatutos criados em reuniões da Associação Filomática regeriam por muito tempo o nascente Museu, que só em 1871, cinco anos após, passaria da órbita da administração particular para a órbita da administração do governo da província.

Alguns itens desse Estatuto nos dão uma idéia da perspectiva que os guiava. O Museu deveria ter atributos de uma Academia. Na ausência de escolas superiores em Belém, este deveria exercer esta função, dotado de biblioteca e seções técnicas, cuja finalidade seria o estudo da natureza amazônica: fauna, flora, geologia, história e o estudo do homem indígena amazônico. Também seria dotado de funções pedagógicas, com uma seção de extensão ao

ensino para alunos de escolas de Belém e pessoas interessadas. Nessas seções seriam ministradas preleções de História Natural e outras.

A administração particular da Associação deveria ser mantida com subvenção particular; do governo só poderia receber apoio material ou financeiro. Assim que, em 1867, foi instalada numa casa alugada pelo apoio do então presidente Leão Veloso que, através do Tesouro provincial, concedeu-lhe verbas. Em 1869, outro presidente, Bento da Cunha Figueiredo, sugeriu que fosse instalada nas dependências do Colégio Paraense, por medidas de economia.

A partir de 1871, já sob a órbita administrativa do governo e com a denominação de “Museu Paraense - de História Natural e Ethnographia”, começou-se a organizar uma biblioteca.

B. O Museu Paraense: seus colaboradores

O clima político que cercava a tarefa de se organizar o Museu entre os intelectuais era quase que de trégua. Para além das disputas partidárias entre conservadores e liberais (estes últimos opondo-se à monarquia), o Museu foi apoiado por destacados membros de ambas facções. O viés biográfico desses membros, mostra antes que seu interesse científico estava acima de qualquer outro.

Entre os conservadores, o já citado Joaquim Pedro Correia de Freitas, um dos autores do aditivo de lei em 1861, a primeira atitude de relevo que se tomou para a criação do Museu. Conservador moderado, cujos tios eram o Visconde de Souza Franco, estadista do Império, e o prelado Marquês de Santa Cruz, arcebispo de Salvador. Coursou humanidades num colégio de Belém e Medicina em Salvador. Na Europa especializou-se em Medicina e Pedagogia. Eleito deputado, uma de suas mais importantes plataformas de ação era a instrução popular. Foi professor, autor de livros didáticos, diretor de Instrução Pública, várias vezes diretor do Museu Paraense, membro de seu conselho administrativo e, durante oito anos consecutivos, foi vice-presidente da província do Pará. Cultivou o estudo de História Natural, tendo provavelmente ministrado uma preleção de Zoologia no Museu, por volta de 1872.

Outro notável conservador que apoiou incondicionalmente a iniciativa de Ferreira Penna junto à Sociedade Filomática e o Museu Paraense foi José Ferreira Cantão. Médico ginecólogo e obstetra, fez estudos preparatórios em Belém, seguindo depois para a Bahia onde cursou Medicina e para a Europa

onde especializou-se. Foi professor de História Universal e do Brasil, além de lente de retórica e filosofia no Seminário de Belém.

Pessoa pública muito considerada, foi secretário do Serviço de Saúde do Porto, membro da comissão de combate à epidemia de cólera-morbo em 1855. Pelos serviços prestados, foi-lhe concedido o título de Cavaleiro da Ordem de Cristo no Brasil e Comendador pelo Governo de Portugal.

Como político, foi deputado e presidente da Assembléia Legislativa. Da tribuna sempre apoiou a criação do Museu, chamando a atenção dos políticos para o enriquecimento de Museus tanto na Europa como nos EUA com materiais enviados do Pará.

Entre os Liberais merece destaque a figura de José Coelho da Gama e Abreu (futuro Barão de Marajó). De pais portugueses e nascido no Pará, foi em Portugal sua formação de bacharel em Filosofia e Matemática. Em Belém foi Diretor de Obras Públicas, realizando a construção do Teatro da Paz e vários hortos botânicos. Deputado, prefeito de Belém, presidente da província do Amazonas em 1868 e do Pará de 1879 a 1881.

Quanto ao Museu, sua participação na Formação deste, foi tardia, quando já estava instalado. Foi seu diretor em 1881. Em 1883 representou o Pará, com o apoio do Museu, como membro da comissão brasileira na Exposição de Chicago. Essa experiência suscitou-lhe a sugestão de reestruturar o Museu em bases mais científicas junto ao então presidente da província, Lauro Sodré, que culminou na contratação de Emílio Goeldi para sua reestruturação e direção em 1894, com quem colaborou.

Amigo de Ferreira Penna, convidou-o em 1868 para ser seu secretário como presidente da província do Amazonas. Ferreira Penna, que nesta época era diretor da Sociedade Filomática, deixou substituindo-lhe o então tesoureiro da Associação, Alvaro Pinto de Pontes e Souza. De regresso ao Pará em 1869, ambos, Gama e Abreu e Ferreira Penna fundaram o jornal “O Colombo”, com alguns membros do partido Liberal, José da Gama Malcher (chefe do partido) e Joaquim de Assis (também mineiro e outro autor do aditivo de lei de 1861). Este jornal teve curtíssima duração, três meses.

Dos membros mais destacados que colaboraram com o Museu estava Francisco da Silva Castro, e foi, sem dúvida, quem mais contribuições científicas trouxe. Diferente dos outros membros, nunca chegou a ser diretor desta instituição. Longe das lides administrativas, foi quem despetou em

Ferreira Penna (afinal quem teve realmente uma obra nesta primeira fase) os estudos pela arqueologia e etnografia da região.

Francisco da Silva e Castro, filho de pai português e mãe paraense, teve toda sua formação na Europa. Coursou humanidades no “Colégio de Artes”, de Coimbra, tornou-se médico cirúrgico pela Universidade de Louvain, na Bélgica. Exerceu a medicina em caráter particular, beneficente e público. Pelos serviços prestados no combate de epidemias, foi condecorado com o Hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo e a Comenda da Ordem da Rosa, pelo imperador D. Pedro II. Do Rei de Portugal, recebeu a Comenda de N.S. Jesus Cristo e da Antiga Nobilíssima e Esclarecida Ordem de Santiago do Mérito Científico e Literário, pelos trabalhos em Ciências e Artes.

Na política, exerceu diversos mandatos: vereador, deputado, presidente da Assembléia Provincial. Foi também Inspetor da Instrução Pública e participou de várias Comissões Especiais, com objetivos médicos, científicos e literários.

Como cientista, dedicou-se a realizar estudos em Zoologia, Botânica, Farmacologia e Etnografia.

Em 1860, este estudioso trouxe à baila os primeiros achados de cerâmica indígena provenientes de Marajó e do Rio Maracá no Amapá. Com sua orientação, os moradores desses lugares desenterravam esses objetos. Grande divulgador desses achados, mantinha correspondência em 1864 com a Real Academia de Ciências de Stockholm, na Suécia e com o Museu da Universidade de Christiana (Oslo), na Noruega. Em 1865 passou a enviar materiais arqueológicos, etnológicos, botânicos e mineralógicos para essas instituições. Chegou a remeter 380 peças, o que lhe valeu várias condecorações, a insígnia de Cavaleiro da Ordem da Estrela Polar e a Medalha Berzelius de Prata da Real Academia de Ciências. O próprio Rei da Noruega agraciou-o com a Comenda da Ordem de S. Olavo.

Em 1871, com a instalação oficial do Museu, entre os diversos materiais doados por ele ao mesmo, constava um sarcófago imitando a figura humana e contendo ossos. A partir das informações passadas por Silva e Castro a Ferreira Penna, este iniciou uma série de escavações e estudos sobre “os cerâmios do Pará”. O contato e colaboração entre os dois pesquisadores propiciou um alargamento de horizontes sobre a arqueologia e a etnografia da região.

Esse círculo de “notáveis” dotaram o Museu Paraense de muitas perspectivas, mas estava fadado a assistir a lentidão e os atropelos de toda ordem para que a instituição se consolidasse, o que aconteceria solidamente só com o final da monarquia, no primeiro governo republicano, o de Lauro Sodré.

A Sociedade Filomática, quase que uma obra de filantropos da ciência, e no decorrer de seu reconhecimento oficial, transformada em Museu Paraense, não contava mais do que com a colaboração de simpatizantes. Seus diretores, exceto em raras ocasiões, dividiam a direção do mesmo, com afazeres de sua própria profissão ou outros cargos públicos. De todos os diretores, o que mais assiduamente esteve à frente do Museu foi Ferreira Penna, e, nesta primeira fase, o que mais contribuiu para o conhecimento da região, com estudos publicados sobre diversos temas.

Ferreira Penna foi o primeiro diretor da Sociedade Filomática como também o primeiro diretor do Museu Paraense, oficialmente instalado em 1871. Neste mesmo ano Penna foi comissionado para formar a biblioteca do Museu e era diretor da Biblioteca Pública do Pará.

Segundo Osvaldo Rodrigues da Cunha (1989), Ferreira Penna viu-se constrangido porque o poeta Julio Cesar Ribeiro de Souza acalentava a idéia de dirigir a Biblioteca Pública e passou a urdir intrigas com o então presidente da província, Barão de Vila da Barra. Este passou a direção da biblioteca pública para aquele poeta e a direção do Museu para Penna.

Esse, descontente com inverdades e intrigas de que havia sido vítima, entre as quais que acumulava cargos públicos, demitiu-se do funcionalismo público.

Na verdade, como diretor do Museu, nada recebia, só mais tarde receberia uma gratificação pelos serviços prestados e havia sido encarregado dessa tarefa pelo governo anterior.

A polêmica entre Penna e o Barão viria a público, porque Ferreira Penna publicou no jornal Diário de Belém, de 31 de outubro de 1872, a correspondência entre ele e o presidente da província, posteriormente essa correspondência seria também impressa num livreto e distribuída pelo próprio Penna. Todo esse processo transpira o conflito permanente de Penna com os monarquistas. Durante um período aliou-se politicamente aos liberais, mas descontente acabou distanciando-se das querelas partidárias.

Afastado da vida administrativa, Penna deu impulso aos seus trabalhos de pesquisa. A partir de 1871, tornou-se naturalista viajante e correspondente do

Museu Nacional, sediado no Rio de Janeiro. Passou também a lecionar, mesmo não tendo muita vocação, pois seus rendimentos eram escassos. Ministrou cursos de Geografia e História na Escola Normal e História no Liceu Paraense.

A década de 60 havia sido pródiga para F. Penna em estudos geográficos, históricos e demográficos. Esse ciclo de estudos sobre a Província seria completado em 1874 com o trabalho titulado “A Ilha de Marajó”, todos trabalhos comissionados por vários governos do Estado do Pará.

A década de 70 foi frutífera no aprofundamento de pesquisas sobre Arqueologia e Etnografia. Quando ainda era diretor do Museu em 1870, manteve contato próximo com um professor e pesquisador norte-americano: o geógrafo Charles Fredrick Hartt. Professor de História Natural e chefe do Departamento de Geologia da Universidade de Cornell já havia estado na Amazônia anteriormente com seu professor Louis Agassiz, na Expedição Thayer (1865-1866). Retornou em 1870 e organizava uma expedição financiada por um mecenas da ciência: G. B. Morgan, composta de estudantes e professores. C. Hartt tinha o objetivo de estudar profundamente a geologia amazônica, a arqueologia e a mitologia indígenas. Ferreira Penna foi seu grande informante, principalmente sobre os sítios arqueológicos de Marajó. Dessa colaboração, Ferreira Penna escreveu “Índios de Marajó”, que forma o VI capítulo do trabalho de C. Hartt “Contribuições para a Etnologia do Vale do Amazonas”.

Hartt foi o primeiro geólogo especializado a estudar a região, o governo estadual deu-lhe todo o apoio em troca de um relatório da expedição.

A colaboração entre F. Penna e C. Hartt teve continuidade em 1874, o Ministério da Agricultura montou a Comissão Geológica do Império, tendo sido C. Hartt convidado a chefia-la. Hartt arregimentou vários especialistas e estudantes e convidou Ferreira Penna. Explorou novamente a Amazônia e outros territórios brasileiros.

Tendo-se tornado naturalista viajante do Museu Nacional a partir de 1871, Ferreira Penna enviou para essa instituição uma série de trabalhos, foram eles:

1. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará (Arquivos do Museu Nacional, 1876)
2. Apontamentos sobre os cerâmios do Pará (idem 1877)
3. Observações sobre as duas urnas descritas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo “Antiguidades do Amazonas” (idem 1877).

4. Algumas Palavras sobre a língua dos Aruãs (idem 1881)

5. Índios de Marajó (idem 1885)

Data de 1876 a admissão de F. Penna como membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo enviado para essa instituição os estudos que desenvolveu em missões governamentais para a província do Pará:

1. Estudos sobre o Tocantins e o Anapu (1864)

2. Região Ocidental da Província do Pará (1869)

3. Notícia Geral das Comarcas de Gurupá e Macapá (1874)

Outros trabalhos de Ferreira Penna foram publicados na Revista Amazônica, cujo fundador foi José Veríssimo. Foram eles:

1. Comunicações Antigas entre Mato Grosso e Pará (1883)

2. Explorações no Amazonas e Rio Branco (1883)

3. Cenas da Cabanagem no Tocantins (1883)

Não se pode deixar de citar a mútua influência intelectual entre Ferreira Penna e José Veríssimo. Este muito mais jovem que Penna, tinha um ano de vida quando o futuro fundador do Museu chegou ao Pará. A colaboração e a amizade entre ambos chegou ao ponto de Veríssimo ter-se encarregado do espólio de Ferreira Penna. Organizou-o e publicou dele vários trabalhos. Nos jornais de Belém publicou os seguintes textos, em reedições póstumas, todos em 1888:

1. Rebordelos

2. Índios e Jesuítas

3. Os Jesuítas roubando as Igrejas

4. Colonização e Catequese no Solimões

5. Descobrimento do Jari

6. Conflito no Solimões com jesuítas espanhóis

7. Pedro Braga

Veríssimo exerceu constante atividade como jornalista, professor, escritor e crítico literário em Belém e no Rio de Janeiro.

No Pará, foi também Diretor de Instrução Pública, e um dos organizadores, com Lauro Sodré, do Clube Republicano. No Rio de Janeiro, foi diretor do Colégio Nacional (antigo Pedro II) e da Escola Normal.

Como escritor, seus temas mais recorrentes centravam-se na Amazônia, sua população, linguagem, crenças e costumes. Escreveu sobre história do Pará, seus motins políticos e seu folclore.

Seu interesse sobre os estudos antropológicos, levaram-no a Paris num Congresso de Antropologia e Pré-História, onde apresentou uma tese sobre "O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazonica".

Veríssimo foi a ponte de ligação entre o Museu dirigido por Ferreira Penna e o dirigido por Emílio Goeldi.

Foi ele, por fim, o encarregado pelo governador do Pará - Lauro Sodré - de convidar Emílio Goeldi para dirigir e reestruturar o Museu Paraense em 1894.

3. A Obra Etnográfica de Ferreira Penna

"...muito há de haver de êrros e defeitos no trabalho que apresento, e acho mesmo impossível não os haver; pois eu escrevo em um Paiz onde não há mestres em ciências e nem livros especiais." Ferreira Penna. D.S. em "Apontamentos sobre os cerâmios do Pará", 1877.

Ferreira Penna escreveu sua obra em pouco mais de duas décadas, de 1864 a 1888. Ex-seminarista, sem formação rigorosa para os tratos das questões científicas de sua época, lhe valeram o caráter, a persistência e a inteligência. Autodidata, grande leitor, soube aprender com a leitura de livros e com a convivência de alguns homens, estes sim, dotados de formação acadêmica, como Francisco Silva Castro, José Coelho da Gama e Abreu, Charles Fredrick Hartt, com os quais nutriu grande amizade e cooperação "científica".

A obra de Ferreira Penna nos surpreende várias vezes pelo gosto estético da escrita, próprios de um literato.

Assim que, em "A Ilha de Marajó" (1876), quando descreve a geografia da ilha, se permite captar imagens poéticas e registrá-las, logo após ter narrado a medição de milhas geográficas, latitudes e direções:

“Tão vasta extensão de território, constituído exclusivamente por depósitos aluviais quase homogêneos que as águas tranquilas do Equador tem deixado em repouso milhares de anos, sem que até hoje a menor agitação da terra tenha vindo perturbar seu sono geológico,- não podia ser senão uma imensa planura, como o é, sem colinas, sem vertentes, sem vales e até sem água, se a precipitação das nuvens, tão frequente nestas regiões, a não derramasse em copiosas torrentes sobre a sua superfície, durante a quadra invernososa”. (Ferreira Penna 1973:33).

O recurso à antropomorfização das eras, das águas, soa como um dos elementos da poética de Neruda: olhar a pedra e ser a pedra para conhecer a pedra.

Em outro momento, o recurso da licença poética, quando cria a palavra -cerâmio-, em “Apontamentos sobre os cerâmios do Pará”. Em quatro páginas esclarece a etimologia da palavra e justifica os caminhos que sentidos históricos paralelos o levaram a criá-la. Da denominação “cerâmicos” usada por Couto de Magalhães em “O Selvagem”, passa pela de “ceramicus”, usada pelos antigos gregos, que denominavam as olarias encontradas nos muros das cidades e que haviam sido removidas para abrigar os corpos dos que morriam defendendo a pátria. No entanto, o lugar teria conservado o mesmo nome, de ceramicus.

“É esta palavra “ceramicus” que eu emprego modificando-a em sua terminação, para adaptá-la ao gênio da nossa língua. Cerâmio, com efeito, exprime, por sua etimologia um local em que abundam artefatos de barro, como Pacoval, Santa Isabel, Camutins, Maracá, etc.. e por sua aplicação entre os gregos,- jazigos onde repousam, ossos ou cinzas de homens distintos por seu serviço.” (Ferreira Penna 1973:145)

Do mesmo modo que na Grécia antiga, os “cerâmios” estudados por Ferreira Penna também abrigavam ossos humanos, servindo como sepulturas.

A. Teorias Científicas ou Primeiras Explorações?

O modo como Ferreira Penna iniciou sua carreira de investigador foi sintomático da falta de qualquer projeto político administrativo para a província do Pará durante o Império. A maioria de seus presidentes eram nomeados pela corte, muitas vezes “notáveis” de outras províncias, que desconheciam completamente a região, ficando geralmente cerca de um ano no cargo. Forma eficaz para o controle do poder, mas completamente insatisfatória para uma administração que atendesse às reais necessidades da região e as suas potencialidades.

Ferreira Penna secretariava o governo de Francisco Carlos de Araújo Brusque, e este havia-se lamentado com ele a falta de conhecimento dos

recursos e necessidades das povoações interiores, o que prejudicou e prejudicava as administrações e o desenvolvimento do progresso. Ferreira Penna ofereceu-se para coligir esses dados, no que foi aceito. Esse trabalho resultou na publicação de um extenso e minucioso relatório, cinco ou seis anos após. Depois desta missão, seguiram-se mais quatro, todas encomendadas pelos governos que se sucederam na província.

Ao que parece, foram os primeiros trabalhos que vieram a público tratando da Geografia Física e Humana das regiões interiores do Pará, acompanhados de conselhos para melhor desempenho de atividades produtivas e escoamento de produtos pela rede hidrográfica. Sugestões para melhoramentos da infra-estrutura, seja de caráter organizacional: como construção de cais, implemento de rotas navegáveis; seja de caráter social: construção de igrejas, asilos para menores, etc. Esses trabalhos não só foram publicados pela imprensa oficial do Estado, como apareceram notícias e síntese das expedições nos jornais da época. Penna, que fora também jornalista, informava desse modo a população de Belém sobre os resultados obtidos nessas missões.

Tornou-se, desse modo, uma espécie de consultor e conselheiro de diversos governos, adquirindo um conhecimento dessas regiões que foi requisitado por vários naturalistas estrangeiros que vieram ao Pará e à Amazônia em caráter científico.

O contato estreito com aquelas vastas regiões “intocadas” e pouco conhecidas propiciaram ao investigador o encontro com a diversidade da natureza humana na Amazônia. Contatos que posteriormente resultariam nos seus trabalhos sobre Arqueologia e Etnologia.

Reservou importantes capítulos sobre as populações de diversas vilas e cidades. Coligiu informações sobre o número de moradores, tipo de habitações, suas ocupações, seus dotes agrícolas, comerciais e industriais, migrações, causas e efeitos de progresso e decadência.

A Sociologia seria uma ciência estruturada somente 50 anos depois, mas pode-se considerar alguns desses trabalhos como uma sorte de Sociografia ou mesmo sobre a perspectiva mais moderna da Antropologia Social.

Em “O Tocantins e o Anapú” (1864), num estudo que realizou sobre a goma elástica, a borracha, que por esta época começava a ser mais importante que o cacau e o suplantaria, o autor elaborou uma extensa crítica social sobre os efeitos deletérios desse extrativismo. Deletérios com relação à agricultura,

que passava a ser abandonada; à organização social das vilas e cidades e à população, que se empobrecia e se dizimava.

Não sem antes advertir para a importância crescente e o progresso decorrentes do extrativismo da borracha para a província, colocava que esta atividade econômica gerava contradições flagrantes. Uma lógica perversa entre senhor X escravo: exportadores e seringueiros; civilização X decadência; capital e interior.

Depois de discorrer sobre a história do conhecimento da utilidade da goma, desde a utilização desta pelos indígenas, até sua descoberta pelos colonizadores e seu uso industrial, constrói um quadro estatístico oriundo de dados oficiais sobre quantidades e valores de exportação da borracha, comparando a sua importância entre os gêneros de exportação. Descreve os métodos de extração e preparo e se atém com minúcia sobre os efeitos sociais dessa atividade.

Entre os efeitos perniciosos, por ele apontados, estava a desorganização social das povoações que, findo o inverno, migravam para os seringais, “retirando-se para fora da povoação como a família de Noé após o dilúvio” (Ferreira Penna 1973: 139). Completamente abandonada, “a população torna-se taciturna, as ruas cobrem-se de ervas, a sociedade está morta!” (Ibidem)

Seguindo a descrição densa de F. Penna, no seringal devia-se esperar compensações, mas o que ocorria era o oposto. Morte de 8% a 10% da população por pestes e febres sem possibilidade de socorro. Cita o exemplo dos quarteirões de Patos e Matacurá, que de janeiro a março de 1861 foram sepultadas 400 pessoas. Antes mesmo que partisse, o seringueiro já se endividava com o aviador que, em troca da extração lhe financiava a viagem e os gêneros alimentícios.

No seringal, segundo o autor, a convivência desregrada, a constante folgança vivida a cantar, dançar e beber, acrescido pela perda de membros das famílias, levava ao esgotamento dos víveres e dos ânimos. A fome era o passo seguinte e, após ela, a figura do Regatão, que explorava o seringueiro. Este comprava parte da borracha que os seringueiros deviam passar ao aviador a preços irrisórios em troca de alimentos e vestimenta a preços altos, urgentemente necessitados pelos seringueiros. No final da temporada os trabalhadores do seringal não conseguiam saldar a dívida com o aviador, ficando preso pela dívida a ele, na próxima temporada. Retornando às vilas, estavam mais pobres que quando partiram. Fatal para o seringueiro, sua família e as povoações que

abandonavam a agricultura, a indústria da borracha deixava de civilizar o interior. Em compensação, na capital, o movimento civilizatório era crescente: novos edifícios, ruas, praças, iluminação, cais do porto, canalização, as letras se desenvolviam, progresso e prosperidade, enfim.

“A capital absorve, sem dúvida, grandes somas e se engrandece: nem podia deixar de dar-se semelhante fato, desde que aí estão as repartições públicas, a força armada, o centro da administração provincial, o pórto onde vêm ter navios mercantes do exterior. Tudo isso que existe somente para a capital, mas igualmente para o serviço e garantia do interior, custa grandes somas, é verdade; mas a maior parte dessas somas teve sua origem na capital e não no interior assim como as principais rendas do Imperio têm sua origem mesmo na côrte e não nas Províncias”. (idem:142)

Para Ferreira Penna, estas condições - de um lado os que mandavam e gozavam, os exportadores; e de outro, os que obedeciam e trabalhavam, os seringueiros - revelavam a lógica do senhor e do escravo. Colocava-se não do lado daqueles que rejeitavam essa indústria grosseira de modo absoluto. Para ele, seria necessário melhorá-la e aperfeiçoá-la pelas ciências e pelas artes. Indústria que teria meios de avançar no caminho da felicidade e da perfeição:

“...é a que os selvagens Umuas e Cambebas inventaram e nos ensinaram a 200 anos! Inventaram; e nós, povo civilizado, o que fazemos? Conservamo-la tal qual nô-la ensinaram! A nossa civilização devia essa homenagem à barbaria”. (idem:144)

Na conclusão deste trabalho Ferreira Penna propõe que se adotasse medidas práticas para corrigir as distorções que encontrou. A primeira delas seria a substituição do método de defumação das gomas por outro testado por Strauss, que já teria sido reconhecido como superior. A segunda, não mais se permitir aos seringueiros extrair goma em terras nacionais, a não ser com a condição de se edificar ali residências e se proceder ao plantio do número de seringueiras que o seringueiro havia picado, como também plantar pés de cacau e café. Por fim, sugere que se incluía no Código Criminal aqueles que não satisfizessem essas condições.

Ferreira Penna observou claramente o sistema econômico assentado em torno da extração da borracha, suas contradições e desigualdades. Viu que este favorecia só aos exportadores e à capital, em detrimento dos seringueiros, do interior e da floresta nativa.

Acreditava numa visão positiva da ciência, que esta poderia mudar as relações sociais e econômicas, como também de insalubridade no trabalho, da atividade que se tornava a mais importante da economia do Pará. Atividade esta que somente no começo do século XX entrou em decadência, quando então o

cultivo racionalizado da Malásia tornou sem competição a seringa nativa extraída da Amazônia, no mercado mundial.

Tanto a primeira parte da obra de Ferreira Penna, relacionada com as missões governamentais, como a segunda, relacionada com a Arqueologia e a Etnologia, contêm registros e descrições históricas.

Do tempo faz uso em dois sentidos, seja o diacrônico, seja o sincrônico, como denominamos contemporaneamente. No primeiro caso, as suas conjecturas vêm lá do antes, das origens, busca relacionar o desenrolar de migrações, evidências de contatos passados e chega ao presente. Mergulha nele, escava pistas, conexões, cita crônicas de viajantes e historidores para compor o mosaico, interpreta e opina.

Como geógrafo, possuía muita desenvoltura para descrições e para alcançar lugares de difícil acesso. Investigando estudos e narrações antigas chegava até eles, daí ser a noção de espaço bastante presente em seus trabalhos.

Como arqueólogo, a equação tempo/espaço retrocede a épocas pré-colombianas. Pondera tratar-se de um caminho de conjecturas. Pode-se aludir a uma Antropologia das origens, mas tal era justamente o traço que marcava as investigações da Ciência do Homem de sua época. Ser ou não ser o homem americano autóctone, a marcha e contra marcha das migrações, o que restava do testemunho de povos antigos ou extintos que poderia propiciar uma “leitura” da história das eras, da história pós-colombiana.

A obra arqueológica de F. Penna começa a ser escrita em 1876, mantendo um diálogo com os “antropologistas”. Não havia uma clara distinção entre arqueólogos e antropólogos. Tratava-se de estudar povos sem escrita e as únicas evidências eram os achados de cultura material.

Desde o século XVIII, William Robertson, escocês, escrevendo “La History of América”, em 1777, formulara uma teoria antropológica do evolucionismo, estabelecendo três estágios na linha evolutiva: selvageria, barbárie e civilização. Este autor deu importância fundamental à tecnologia de subsistência e em decorrência à significação dos instrumentos a ela associados para o estudo e o estabelecimento de caracteres dos estágios das sociedades, em outras palavras, priorizou as investigações arqueológicas. Deu antecedência cronológica às culturas líticas sobre as de bronze e as de ferro.

Estabeleceu o princípio do “paralelismo”, no qual condições similares entre povos distintos poderia gerar caráter também similar; e o do “determinismo

cultural”, de que o ser humano nasceria igual em toda parte, sua diferença se daria pelo estado da sociedade em que se encontrava.

Essas idéias sobre a progressão evolutiva da humanidade não eram exclusivas da nascente Antropologia, estavam já presentes nos racionalistas iluminados da Europa e EUA. Filosofias políticas e Filosofias da História já haviam sido construídas sob a comparação de sociedades primitivas e o estado de desenvolvimento sócio-político de diversos países europeus⁴.

Já no século XIX, alguns autores, partindo dessas mesmas fontes e de teorias posteriores no campo das ciências naturais, como a Biologia, reestruturaram e ampliaram o horizonte do Evolucionismo. Entre os autores que empreenderam essa tarefa estavam: Carl Friedrich P. von Martius, Johnn B. von Spix, na Alemanha; Eduard Tylor e James Frazer, na Inglaterra, e Lewis Henry Morgan, nos EUA.

A clássica progressão dos três estágios: selvageria, barbárie e civilização, identificados a partir de traços tecnológicos específicos que permitiam classificar cada era.

No primeiro estágio, o estado de transição do macaco ao homem, o desenvolvimento da linguagem e o uso do fogo. Subsistência baseada na caça e na pesca, invenção do arco e da flecha. No segundo, domesticação de plantas, desenvolvimento da arquitetura, emprego do ferro para instrumentos e armas. No terceiro, a civilização, quando se inventa a escrita.

Tanto o 1º como o 2º estágios eram divididos em inferior, médio e superior. O último estágio era dividido entre antigos e modernos.

Esse amplo esquema evolucionista era geralmente seguido pela maioria dos estudiosos da época. Mas a questão que Penna mais polemizou em seus trabalhos foi a autoctonia do Homem americano. Acoplada à discussão entre Poligenismo, ou seja, surgimento do Homem em diversos lugares, e Monogeísmo, que teria uma origem única.

Penna baseava seus argumentos em pesquisa de campo arqueológica, fontes históricas e trabalhos históricos e lingüísticos de vários especialistas da época; brasileiros, norte-americanos e franceses.

⁴ Voltaire, Montesquieu e Condorcet, na França; Hobbes, Hume e Locke, na Inglaterra.

Diferente de alguns estudiosos que trabalhavam com fontes secundárias em bibliotecas, Ferreira Penna notabilizou-se por ser um exímio viajante e pesquisador de campo. Realizou inúmeras viagens de exploração. Ao todo foram vinte(20) viagens. Nove(9) delas para missões governamentais (governo do Pará, governo do Amazonas e governo Imperial), com predomínio de estudos demográficos, geográficos e geológicos. Onze(11) delas foram dedicadas aos trabalhos arqueológicos e etnográficos.

Seu primeiro trabalho na área foi em 1876: “Breve Notícia sobre os Sambaquis do Pará”, no qual fez minuciosa descrição topográfica e da composição de sete(7) sambaquis, fluviais e oceânicos, visitados por ele. Teriam sido provenientes de povos sem noção de agricultura, vivendo da caça e da pesca que, habitando as terras altas e enxutas no inverno, desciam para a proximidade das águas acompanhando o seu decréscimo no verão e a imigrações dos animais. Aí acampavam e nutriam-se de moluscos, cujas conchas eram atiradas em torno das tendas juntamente com ossos de animais e outros restos, como cerâmicas quebradas, etc.

Se eventualmente morria algum membro do grupo, era sepultado ali mesmo, o mais próximo possível dos parentes, como era costume, numa demonstração de veneração e amizade. A cada verão esse ciclo se reproduzia, elevando o tamanho desses amontoados.

Tendo feito a descrição e estabelecido sua possível origem, Penna procede a um estudo comparativo entre os sambaquis do Norte e os do Sul, estes estudados por C. Wiener (1876: Arquivos do Museu Nacional, vol 1) em Santa Catarina.

Segundo Penna, o texto de Wiener sobre os sambaquis de Santa Catarina, colocava que não havia ossadas inteiras, mas restos devido a terem sido objeto de refeições dos índios, pois prefeririam a carne humana a qualquer outra, vendo em seu semelhante apenas um objeto de alimentação.

Esses dados para ele não seriam aplicáveis aos sambaquis do Pará que havia visitado, pois coletara informações da descoberta de várias ossadas humanas inteiras, mas que, ao serem manipuladas, se quebraram. Teria sido encontrada inclusive uma urna sepulcral com ossada completa, indício da adoração de seu semelhante.

Concordou que a antropofagia também existia no Pará, mas entre os índios mais ferozes, contudo seu significado devia-se à satisfação de seu excessivo ódio e espírito de vingança com relação a seus inimigos.

Há nesse argumento de Penna um problema na interpretação do texto de Wiener. O texto original desse autor coloca que haveria três tipos de sambaquis em Santa Catarina: 1. os naturais; 2. os decorrentes da indolência dos índios, que eram simplesmente depósitos de lixo, com cascas de mariscos, restos de cerâmica, espinhas de peixe, restos de ossadas humanas, etc.; e 3. os artificiais, que seriam monumentos sepulcrais onde haviam ossadas inteiras.

A semântica desse texto fica realmente bastante ambígua por uma concordância esdrúxula e deslizante, mas o que pude depreender dele foi que: através de cortes transversais e longitudinais nos sambaquis, o autor chegou à conclusão de que a disposição interior deles era constituída de diversas camadas, evidenciando que fora produzido por diversas tribos ao longo do tempo. E em algumas dessas camadas foram encontradas ossadas humanas intactas, camadas essas que eram do tipo artificial, ou seja, monumento sepulcral. Um único sambaqui poderia ter várias dessas camadas/tipo.

Esse problema na interpretação de Penna não invalida a interpretação que ele faz sobre a antropofagia entre os índios do Pará, e lança alguma luz sobre o seu significado, o de satisfazer seu espírito de vingança sobre seus inimigos.

Para a idade dos sambaquis do Pará, Penna acha um problema de difícil solução somente pela observação topográfica e análise do material encontrado, além dos poucos dados e estudos a respeito. Lança então idéias e hipóteses baseadas em alguns dados históricos. Explicita-os, mas sem citar fontes. Coloca que havia averiguações de grande número de tribos selvagens do Peru terem emigrado para as regiões orientais em fuga da civilização Inca, que tentava dominá-las. Nômades rebeldes, sem o conhecimento da agricultura, vivendo da caça e da pesca, seguiam os vales dos rios e alguns teriam chegado até o oceano. Entre essas tribos: os Muras, Mundurucus, Tapajós e Nhengaibas, caracterizando-se pelos costumes grosseiros, caráter audacioso e admirável perícia na navegação de furos, igarapés e lagos.

Conclui, enfim, como hipótese do começo da formação dos sambaquis, a consolidação dos Incas no Peru.

Ferreira Penna visitou também vários sítios arqueológicos em missão para o Museu Nacional (Rio de Janeiro) como naturalista viajante. Os relatos dessas suas descobertas foram também publicados nos "Arquivos do Museu Nacional" em 1877, sob o título "Apontamentos dos cerâmios do Pará". Foram eles: 1 - Miracan-uera, na foz do rio Madeira, na cidade de Serpa; 2 - Paru, na foz do rio Trombetas, no distrito de Óbidos; 3 - Maraca, no rio Maraca, na

Guiana Brasileira; 4 - Santa Isabel, nos campos de Marajó, e 5 - Pacoval, também nos campos de Marajó.

Este último sítio, o Cerâmio de Pacoval é considerado por Penna o mais importante do Pará.

“o cerâmio do Pacoval é o que se pode chamar uma pequena colina baixa e artificial, formada por séries de urnas e de outros vasos, separados irregularmente, em seus interstícios por camadas de terra trazidas dos campos vizinhos, é pela maior parte coberto de árvores de mediana grandeza e de outras plantas, entre as quais alguns pés de pacoveiras (bananeiras) de cujo fruto lhe veio o nome”. (1973, Ferreira Penna, pg 148).

Descreve os materiais encontrados: urnas, ídolos, tangas, tinteiras, jarras, tigelas, pratos, etc. e se atém na consideração pormenorizada de cinco urnas encontradas em vários cerâmios acompanhada de fotografias. Depois o autor passa a conjecturar sobre os construtores de cerâmios, estabelecendo traços entre essa cerâmica com outras encontradas no Peru, no México e no sul dos Estados Unidos, através de citações de textos de vários estudiosos desses sítios. Diferente do trabalho anterior, neste todas as fontes são citadas, incluindo longos parágrafos das mesmas no texto.

Ao analisar a cerâmica Marajoara, encontrou um problema do ponto de vista das etapas evolutivas.

Através das escavações, as camadas de cerâmica mais bem elaboradas estavam nos primeiros extratos, e mais próximas à superfície apresentavam-se mais grosseiras, o que contrariava o postulado evolucionista. Sobre essa questão coloca:

“Que as três camadas de vasos tão distintos entre si por seus ornatos, representam outras tantas fases de uma civilização decrescente. Esta conclusão pode ser logicamente convertida nesta outra: Houve em Marajó um povo que, chegado a um importante grau de civilização, achou-se inopinadamente em circunstâncias tão difíceis que não só foi constrangido a parar no caminho do progresso, mas a retroceder gradual e talvez rapidamente até recair no domínio da barbárie”. (Ferreira Penna 1973:152)

Ferreira Penna observou no final deste trabalho que sua missão era descrever os cerâmios, mas que havia sido compelido à exibição de fatos gerais sobre os questionamentos da raça americana para firmar sua tese sobre os mesmos.

Que fatos eram esses? E qual sua tese?

Toma exemplos de vários estudos, segundo os quais a raça americana seria autóctone e não imigrada de outros continentes, um sobre os mounds dos EUA e outro sobre as chulpas do Peru, ambos também sepulturas antigas.

Fez ver que essas teses eram as mesmas defendidas por Lund:

“Segundo a autoridade do venerável Lund, o patriarca da antropologia brasileira. Sabe-se que este naturalista, que há perto de meio século reside em Minas Gerais, reconheceu que os crânios por ele ali descobertos, pertencem à mesma raça que os portugueses acharam no Brasil e que este, pela depressão muito pronunciada da testa, que às vezes chega a desaparecer totalmente, se diferenciava da mongólica, com a qual se tem pretendido confundí-la: carater ou tipo que reaparece nos ídolos de Marajó descritos pelo Prof. Hartt, e nos cerâmios humanos que tem sido encontrados nos sambaquis da costa marítima, nos cerâmios de Maracá, Guiana, nas chulpas dos Aymaras, nos mounds dos Estados Unidos da América, como observa Lund, nas figuras humanas esculpidas nos monumentos antigos do México”. (Idem. 169)

Pedro Guilherme Lund, o descobridor do famoso crânio de Lagoa Santa, em Minas Gerais, onde residiu e trabalhou como arqueólogo por décadas na primeira metade do século XIX. Para ele, a raça americana apresentava uma baixaza na testa, e uma maior proeminência dos ossos faciais, com relação a raça asiática, o que demonstrava que a raça americana apresentava uma aproximação com o tipo animal.

A tese aceita, havia muito, era de que a americana seria proveniente da asiática, chamada Mongólica.

Portanto, dizia Lund, a americana ocuparia um lugar inferior na escala com relação à mongólica. Dado que a natureza, para ele, apresentava uma evolução que iria do imperfeito para o perfeito, seria preciso inverter a tese para chegar à verdade. Ou, seja, pelo contrário, a raça mongólica seria proveniente da americana.

Lund baseou sua tese no exame geológico do Planalto Central do Brasil, onde encontrou o crânio de Lagoa Santa. Em sua análise, o planalto central, desde a Serra do Mar até a Cordilheira dos Andes, seria único no mundo, com rochas primitivas, não havendo coberturas de eras mais recentes. Havia, portanto, ausência de depósitos secundários no plateau. O que provava que aquela região do continente já existia quando outras partes do mundo foram submersas no oceano. Equivalia a dizer que o planalto central brasileiro seria o mais antigo continente do planeta (Lund 1840).

Ferreira Penna somou esse argumento geológico com outros, provenientes de estudos de línguas americanas que apontavam a origem comum por uma semelhança de estrutura dessas línguas. Para ele, tanto Caribas, Tupis e Guaranis seriam povos irmãos, saídos de um mesmo tronco do plateau de Minas Gerais. De todos estes, os Caribas teriam sido a nação mais enérgica, empreendedora e numerosa. Teriam seguido para norte, passado pela foz do Amazonas, Guiana, Antilhas e atingido as montanhas dos Aleanis ou Apalachos, na América do Norte. Depois teriam, por motivo de dissensões religiosas, tomado várias direções: Flórida, Vale do Mississipe e retornado para o sul, pelo Haiti, América Central e México.

A construção dos cerâmios então, para Ferreira Penna, seria obra dos Caribas durante sua migração do centro rumo ao norte. Teriam se estabelecido na foz do Amazonas. Portanto, não seria obra de povos imigrados. Os seus descendentes foram os Aruãs, e a eles caberia a autoria desses artefatos. Já em sua última fase, mais grosseiros, o que indicava uma degeneração gradual.

Essa tese de Ferreira Penna, contraria os postulados evolucionistas, em especial as teorias de Lund, que ele havia citado. Como explicar, dentro da lógica do argumento de Lund, que os Caribas, rumando para norte e estabelecendo-se na foz do Amazonas, teriam construído aqueles cerâmios, com artefatos tão elaborados que depois se degeneraram tecnicamente?

Ora, Lund afirmara que a raça americana, com a aproximação do tipo animal (imperfeita), teria evoluído para mongólica (perfeita).

A força do paradigma evolucionista na primeira metade do século XIX era tanta, que Ferreira Penna foi obrigado a considerar como degeneração o que mais tarde as teorias antropológicas, em alguns casos, considerou mudanças. O caso, clássico é o dos Sioux, agricultores e sedentários de longa data, com a introdução do cavalo tornaram-se caçadores e nômades. No esquema evolucionista, esse fato significaria terem voltado a uma etapa anterior.

Sem querer entrar numa discussão polêmica sobre a valoração nas reflexões das teorias antropológicas, Ferreira Penna admitiu que a “degeneração” poderia estar na ordem da natureza, nas relações entre circunstâncias e eventos dentro de uma sociedade.

Goeldi, mais tarde, dirá, como veremos, que os Aruãs seriam Nu-Aruaks, vindos das Antilhas e se espalhado pelo território brasileiro, disseminando sua cultura ceramista.

O final desse texto traz uma extensa OBSERVAÇÃO depois do Apêndice, cujo título é:

OBSERVAÇÕES SOBRE AS DUAS URNAS
DESCRITAS E FIGURADAS PELO SR. JOÃO
BARBOSA RODRIGUES EM SEU ARTIGO
“ANTIGUIDADES DO AMAZONAS” INSERTO
NA REVISTA ENSAIOS DE CIÊNCIA.

Nele, Ferreira Penna expõe detalhadamente o processo através do qual Barbosa Rodrigues adquiriu algumas fotografias de urnas, que ele, Penna, havia entrado em contato, e mandado fotografar e que foram descritas por Barbosa Rodrigues, no referido artigo.

Critica-o por ter desvirtuado o desenho, omitido detalhes, dado dimensões erradas das urnas, por ter se guiado somente pela face que mostrava as fotografias, errado na coloração original, na aпроcedência e onde estavam guardadas.

Origor com que se refere àquele pesquisador e a exatidão com que retifica os dados das peças nos dá a dimensão de seu trabalho como pesquisador de campo e da forma como relatava e descrevia suas descobertas.

“Em matérias de ciência, mais do que na vida prática, a pressa foi e há de ser sempre inimiga da perfeição: e desta vez a pressa, aliás de todo ponto infundada, arrancou ao Senhor B. Rodrigues, uma partícula do mérito do seu escrito.

Em um país, como o Brasil, onde os principais monumentos dos povos indígenas, consistem simplesmente em artefatos de barro, mais ou menos habilmente trabalhados, é indispensável, para o interesse da ciência, para o próprio crédito dos escritores e até certo ponto, para os brios da nossa nacionalidade, que na descrição de cada um desses mudos testemunhos de uma civilização extinta, haja sempre, além de um estudo acurado e paciente, o maior critério e a mais escrupulosa exação para que os antropologistas nacionais e estrangeiros, que não tiveram oportunidade de estudá-los nos próprios originais, aceitem com inteira confiança os resultados dos nossos trabalhos, com a certeza de não serem iludidos em seus juízos e conclusões.” (1973. Ferreira Penna, pg. 183).

Além desses textos mais densos do ciclo de seus trabalhos etnográficos, escreveu mais dois artigos.

O primeiro, “Algumas palavras da língua dos Aruãs”, publicado nos Arquivos do Museu Nacional, em 1881. Trata-se de um vocabulário de 224 palavras do único representante vivo dessa nação, àquela época com 75 anos.

O segundo, “Índios do Marajó”, publicado em 1885, na mesma publicação anterior, faz parte de um grande trabalho cujo autor foi Charles Hartt: “Contribuições para a Etnologia do Vale do Amazonas”. Hartt, que teve em Penna seu grande informante, convidou-o para participar de duas expedições científicas: uma geológica e outra etnológica, pediu-lhe que escrevesse uma notícia histórica sobre os índios de Marajó. Ele que já havia lançado hipóteses sobre a pré-história e as migrações daqueles indígenas através de seus achados arqueológicos, nesse trabalho escreve a história daquelas populações após a conquista portuguesa.

Escrever sobre a obra arqueológica e etnográfica de Ferreira Penna é se reportar às primeiras explorações mais ou menos sistemáticas que se fizeram na Região Amazônica e que foram publicadas no país.

Ferreira Penna, em Belém do Pará, e João Barbosa Rodrigues, em Manaus, no Amazonas. Este, botânico, foi encarregado da Missão Imperial para estudar o rio Amazonas e sua região, em 1872. Indicado pelo Barão de Capanema à Princesa Isabel. Publicou-se o resultado dessa missão: “O vale do Amazonas”. Novamente no Rio de Janeiro, através da mesma indicação, volta a Manaus para fundar e dirigir o Museu Botânico do Amazonas, em 1883. Este Museu funcionou até 1890 e com o advento da República foi fechado, por ter sido uma instituição com vínculo imperial.

João Barbosa Rodrigues foi então nomeado pelo Marechal Hermes da Fonseca para dirigir o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Ferreira Penna, notório republicano, legou ao Museu Paraense um destino contrário. Mesmo sendo o Museu extinto, em 1888, foi reaberto e reformado em 1891 pelo Primeiro Governo Republicano do Pará, que o consolidou como instituição de excelência científica, com Emílio Goeldi, a partir de 1894.

III. CONSOLIDAÇÃO

A Consolidação do Museu Paraense só viria a reboque da instauração da República no país. Com a forma federativa adotada, os Estados dispunham de maior autonomia com relação à União. Economicamente o Pará, com o “boom” da borracha, só era comparável a São Paulo, com o café. Esses dois fatores, de ordem política e econômica, propiciaram um crescimento acelerado onde não faltaram obras públicas de vulto.

O Museu, nos últimos anos do Império, depois de ter sido quase que completamente extinto em 1888 pelos deputados da Assembléia Provincial,

passou por uma reestruturação em 1891, no governo do primeiro governador eleito pelo Congresso Nacional - Lauro Sodré - que governou até 1896. Quando da inauguração do Museu restaurado, José Veríssimo profere um discurso no qual os objetivos científicos e pedagógicos são destacados:

“Quem sabe, senhores, si aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica d’estes tempos: a origem do homem americano? Quem sabe si os mounds de Maracá, cujo estudo não foi ainda com todo o rigor científico feito, quem nos diz que o muirakitan, os restos da maravilhosa cerâmica desta gente apenas sabida, não nos dará um dia um elemento importante a solução desse problema?...

Como elemento da instrução popular, um Museu é uma eloquente, instructiva e interessante, para falar a linguagem pedagógica, lição de coisas. Para que realmente o seja, não se dispensa também o arranjo systemático das colleções, a classificação rigorosa dos objetos dando aos visitantes ao mesmo tempo uma noção exacta, clara e precisa de cada utilidade, a sua origem ou qualquer outro elemento necessário ao seu conhecimento” (Veríssimo 1896:7).

Já mencionamos anteriormente as influências, tanto do Barão de Marajó, quanto de José Veríssimo, junto aos poderes públicos, para restaurar e dotar o Museu de condições que visassem a uma orientação mais científica. José Veríssimo foi encarregado por Lauro Sodré de entrar em contato com o naturalista Dr. Emilio Augusto Goeldi, demitido do Museu Nacional, para verificar a possibilidade deste dirigir o Museu Paraense, dirigi-lo e dotá-lo conforme as normas científicas mais modernas da época. Goeldi aceita a incumbência e, em julho de 1894, assume a direção do Museu.

Ainda no Rio de Janeiro, em 1894, Goeldi, respondendo à carta onde aceita a tarefa, considera a proposta e estabelece alguns aspectos de sua administração:

“Julgo poder interpretar bem nitidamente as intenções do Governo Estadual, dizendo que o Muscu Paraense será principalmente e em primeira linha um “INSTITUTO PARA A HISTÓRIA NATURAL DO AMAZONAS, UM ESTABELECIMENTO QUE SE PROPÕE OBSERVAR, COLLECIONAR, DETERMINAR E TORNAR CONHECIDOS OS OBJETOS DA NATUREZA INDÍGENA”. Prestará igualmente toda a atenção ao RAMO ETHNOGRAPHICO, visto que se trata de região altamente interessante n’esto sentido. A Zoologia e a Botânica sobretudo - sciências minhas predilectas - promettem fornecer um campo de trabalho extraordinariamente opulento e a preencher as lacunas científicas, deixadas por investigadores e viajantes como Humboldt, Wallace, Bate, Martius, Spix, Natterer, Agassiz e outros, estará no alto do meu programa de trabalho. Cogita-se seriamente na FUNDAÇÃO DE MODESTA ESTAÇÃO BIOLÓGICA no Amazonas com uma filial fóra, na costa atlântica (talvez em Bragança) e o estudo intensivo de problemas que tenham alguma connexão directa com a economia social (como por exemplo o da fauna ichtyológica do Amazonas e da costa) é um postulado que desde o principio se impõe pela sua importância intrinseca” (Goeldi 1896:8-10).

Tão longa citação se torna importante para que possamos dimensionar a problemática das Ciências Antropológicas no Museu Paraense de então - Ethnographia e Archeologia -, que foram relegadas a segundo plano durante a fase de Consolidação do Museu. Uma série de fatores contribuíram para o privilegiamento das Ciências Naturais - Botânica e Zoologia principalmente.

1. A Política Científica do Museu Paraense

Entre os fatores que contribuíram para que a *Ethnographia e a Archeologia* não se desenvolvessem nesse período era a idéia simplista do governo de então sobre elas, resumindo suas aspirações em: observação, coleção, determinação para o conhecimento de objetos de natureza indígena. Acrescenta-se a isso a predileção do diretor para as áreas de Botânica e Zoologia.

Essa equação - simplismo e predileção por outras áreas - vai marcar o descompasso da instituição com as ciências do homem no final do século XIX e começo do século XX.

Fica ainda mais evidente essa questão quando lemos o “Regulamento do Museu Paraense”, assinado pelo governador Lauro Sodré sobre as disposições da Instituição. (Sodré 1896:23-27).

O capítulo II apresenta as quatro Secções: 1 Zoologia (Anatomia e Embriologia); 2 Botânica; 3 Geologia (Paleontologia e Mineralogia); 4 Etnologia, Arqueologia e Antropologia. Logo a seguir, no capítulo III, é colocado que o pessoal científico constará de Diretor e chefes das três primeiras seções. Na primeira leitura ficamos sem saber porque a quarta seção não tem, como as outras, um responsável nomeado. Continuando a leitura do regulamento, no artigo 10, lemos:

“Dirigir ou mandar dirigir por um dos chefes de seções, provisoriamente, a seção de Ethnologia, etc., enquanto o desenvolvimento d’esta não torne necessário a nomeação de pessoal próprio.” (Ibidem)

É notória a desimportância dessa seção para o governo. “Dirigir ou mandar dirigir”. É interessante notar que Goeldi, em seu primeiro relatório, de 1894, apresentando ao governo o situação em que encontrou as coleções, os materiais com que poderia contar e os que necessitava para dar andamento ao trabalho e organização das seções, colocou que o que mais o surpreendeu foi o caos existente nas “Colleções Ethnologicas”:

“...umas 150 flechas, perto de uma dúzia de areos, além de maracás, remos, enfeites de pennas, collares, machados de pedra, etc., tudo sem letreiro, nem indicação alguma de proveniência” (Goeldi 1896:11-22).

Colocou Goeldi que sem origem certa esse material pouco ou nenhum valor possuía e que seria necessário começar tudo de novo. Quanto à “anthropologia e archeologia”:

“...o mesmo aspecto de pauperismo. Uns cacos de igaçabas aqui, uns fragmentos de crânios acolá, por assim dizer nada de inteiro, de completo, nenhuma série de objetos da mesma natureza que desse o direito de empregar o termo de colleção.”(Ibidem)

Goeldi, tendo salientado tão expressamente a situação de pauperismo dessa seção, - a que mais o havia impressionado -, não sensibilizou o governador para, pelo menos, dispensar a mesma atenção a esta área que às outras. Lauro Sodré, além de político republicano, foi sociólogo positivista. Como político teve uma atuação notória. Nascido em 1857, portanto um ano antes de Ferreira Penna chegar ao Pará, aos dezesseis anos já era um polemista lutando pela liberdade de consciência no jornal estudantil chamado “A Esperança” contra o jornal católico “A Boa Nova”.

Posteriormente foi aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro, onde se formou em ciências físicas e matemáticas. Discípulo de Benjamin Constant, estava entre os que tramitavam a queda do regime monárquico na Escola Militar. Chegou a ser preso no Pará como subversivo. Incansável, foi um dos fundadores do Clube Republicano e considerava que tanto conservadores como liberais eram monarquistas. Teve a clareza política que faltou a Ferreira Penna e se tornou o maior líder republicano da província. No Rio de Janeiro, foi professor de Sociologia da escola Militar. Escreveu alguns livros, entre eles “Crenças e Opiniões”(1896), publicado já quando era governador do Pará. Esse livro é um libelo erudito e apaixonado em defesa do positivismo. Colocava-se como seguidor dessa “religião da humanidade” sem, no entanto, prestar culto aos dogmas. A certeza cristalina nas etapas sucessivas por que passava a humanidade, que culminaria no progresso científico, por certo, obscureceram uma possível visão do homem nativo amazônico, que afinal estaria numa etapa muito anterior ao que importava naquele momento de real progresso, palpável com a economia da borracha. Era um momento crucial para a obra civilizatória cujo patamar era preciso adentrar - a Ciência. Desse nativo interessava a exposição pitoresca da sua herança material, os achados arqueológicos que enriqueceriam as prateleiras do Museu. As áreas que subsidiariam esse progresso seriam outras.

De 1894 a 1921, que consideramos o período da Consolidação do Museu, temos para a Zoologia um total de 45 trabalhos publicados, para a Botânica o número de 44 e para a Antropologia 7. Desses 7 trabalhos, dois deles eram do período anterior, ou seja, datavam do período de Formação do Museu. O primeiro, um trabalho inédito de Ferreira Penna: *Archeologia e Ethnographia no Brasil* (I Tomo), e duas cartas recebidas por este (III Tomo), publicadas na seção de “Miscellaneas Menores”.

Dos outros cinco trabalhos, o primeiro foi o relatório da “Missão Ethnographica e Archeológica aos Rios Maracá e Anauerá-Puçú”, pelo tenente-coronel Aureliano Pinto L. Guedes. O segundo, o texto de uma conferência dada por Emílio Goeldi: “O Estado Actual dos conhecimentos sobre os índios da Foz do Amazonas no Passado e no Presente” (Tomo II). O terceiro, duas cartas de Theodor Koch-Grunberg, relativas à sua expedição etnográfica entre os índios do rio Negro, dirigidas ao diretor do Museu Paraense. Koch-Grunberg estava a serviço do Museu Real de Ethnographia de Berlim e havia passado por Belém e entrado em contato com Emílio Goeldi (Tomo IV). Essas cartas foram publicadas também na seção de “Miscellaneas Menores”. O quarto artigo publicado tem como título: “Couvade”, de R.R. Schuller (Tomo VI) e, por último, o quinto trabalho publicado desse período de Consolidação: “Vocabulário comparativo dos índios chipaya e Curuahé”, de Emília Snethlage (Tomo VII).

Portanto, quatro (4) são realmente trabalhos (excetuando-se as cartas) publicados na área de Antropologia na fase que denominamos de Consolidação do Museu Paraense. A eles voltaremos posteriormente.

Quanto às outras áreas, principalmente Botânica e Zoologia, tiveram um impulso notável. Foi construído um Horto Botânico, através da desapropriação de diversas áreas que circundavam a “rocinha”, antiga residência particular comprada para alojar o Museu. O Jardim Botânico tinha uma atenção especial pela crescente demanda de visitantes. A Biblioteca apresentou um excepcional crescimento através de aquisições de livros, doações e permutas. A publicação do Boletim do Museu Paraense, enviado gratuitamente para centros e museus de história natural no país e no exterior, propiciava a permuta de muitas publicações e doações.

Outra atividade relevante do Museu foi a instalação do Serviço Meteorológico no parque zoobotânico, que, a partir de 1896, coletava todos os dados referentes ao clima da região de Belém. Esse serviço se estenderia até 1922, e a ele estavam ligadas pesquisas climatológicas.

O Museu também se notabilizou por questões geopolíticas, a questão relacionada com o litígio com a França, quanto ao domínio do antigo Contestado da Guiana Brasileira (atual Amapá). Entre os anos de 1895 e 1896 foram realizadas missões nessa região, tendo objetivos de ordem científica e política, colher informações e dirigi-las ao governador Lauro Sodré sobre os habitantes brasileiros e franceses, as condições sociais e o clima reinante.

De 1898 a 1899, o Museu estava a serviço do Barão do Rio Branco, ministro plenipotenciário do Brasil em Paris, encarregado de resolver essa questão de limites entre o Brasil e a França. Goeldi tornou-se o observador secreto do Barão, tanto colhendo informações científicas sobre o Amapá, quanto buscando informações na França e na Suíça.

O resultado dessa disputa foi favorável ao Brasil (laudo de Berna de 01/12/1900), que anexou definitivamente o Amapá para dentro de suas fronteiras.

Como reconhecimento aos serviços prestados por Emílio Goeldi, o governador de então, Paes de Carvalho, mudou a denominação de Museu Paraense para Museu Goeldi, pelo decreto de 31 de dezembro de 1900.

2. As Ciências do Homem no Museu Paraense

Quatro meses após ter assumido a direção do Museu, Goeldi, através de uma carta, solicita ao Barão de Marajó seus préstimos para dirigir a seção de "Ethnographia e Archeologia" da nova instituição. Envia-lhe também um diploma de Correspondente do Museu Paraense.

"Estes dous ramos da sciência, precisam especialmente em relação à Amazônia, de dedicados e pacientes cultivadores, de enérgicos braços e esclarecidos espíritos para emergir finalmente do roda-moinho de theorias mais ou menos absurdas que vogam até hoje n'este terreno e da phase embryonária em que, - digam embora o contrário, se acham ainda os nossos conhecimentos actuais, encarando mais de perto a especialidade, em que, no meu entender, sois por assim dizer predestinado a preencher importante papel. direi que ousou, chamar-vos em auxílio para empenhar as vossas reconhecidas forças em favor do estudo da ethnographia e archeologia paraenses." (Goeldi 1896:83)

O Barão de Marajó responde à carta de Goeldi, esclarecendo que não era um profissional, tendo sido em 1983 Delegado do Pará na exposição de Chicago, e substituído ao Conselheiro Ladislau Netto na seção de Archeologia e Ethnographia na ocasião, por encontrar-se este doente. Como se ele não aceitasse substituí-lo, ficaria vaga a seção, incumbiu-se dela.

Mas indicou a Goeldi as medidas que, no seu entender, poderiam ser adotadas para evitar os estragos que reiteradamente eram vítimas as necrópoles dos aborígenes. Cita várias delas, entre as que tinha visitado ou que tinha conhecimento, e sugere a obtenção de recursos, tanto de particulares como do Estado para trabalhos de escavações desses “monumentos”. Sugere ainda aplicação de legislação penal e impostos para os que transportassem objetos desses monumentos para fora do país (Gama e Abreu 1896: 85).

Emílio Goeldi, em seu segundo relatório, de 1895, colocou que o Barão de Marajó havia se oferecido para assumir a direção de uma campanha metódica de escavações, caso o Congresso se dispusesse a consignar uma verba anual para este fim. Mas a chefia de uma campanha de escavações não significava a chefia da seção de Ethnographia e Archeologia.

É provável que o Congresso não tenha concedido a verba anual para as escavações, porque esta questão não mais foi colocada nos relatórios subsequentes. Só no relatório de 1896, a figura do Barão de Marajó volta à cena, na ocasião da fundação da Sociedade Zeladora do Museu, da qual tornou-se o presidente. Sob a inspiração do exemplo do Museu Britânico, em Londres, que tinha como objetivos ser o elo entre o Museu e a população da cidade. O trabalho da diretoria, que constava de vários membros, concentrava-se na proteção, conservação e prosperidade do Museu.

Neste mesmo relatório de 1895, Goeldi se estendeu longamente sobre suas preocupações com relação à 4a. seção.

“Cada vez cresce a minha convicção, que esta 4a.seção precisa também de um profissional para seu chefe, se a obra a fazer-se lá tem de ser outra cousa melhor do que um mero aglomerado fragmentário, debaixo do domínio do cego acaso.....

Bem sei que tal é, mais ou menos, a idéia corrente por aqui e que foi por este modo, que se formaram a maioria das colleções, que se encontram pelo paiz, tanto em poder de particulares, como em Museus Públicos. Mas também sei não menos bem, que esta idéia não passa de uma illusão quasi infantil, de um dilettantismo mais digno de compaixão que de applausos e admiração. Confesse-se francamente, a ethnographia no Brasil ainda não de elevou à altura de uma sciência. É preciso sairmos d’esta phase embryonária!” (Goeldi 1896 : 223)

Do seu ponto de vista seria necessário estudar metodicamente cada tribo, sob múltiplos aspectos de sua história, residência, número, costumes na paz e na guerra, vida doméstica, intelecto, crenças, utensílios, armas, sua configuração física, língua etc.

“É preciso demorar-se entre elles, para obter-se um estudo monographico aprofundado e uma colleção ethnológica completa, onde não falte nem utensílio, arma, adorno, remédio algum, etc.” (Ibidem)

Nessa longa digressão, Goeldi mostra-se afinado com as discussões teóricas da Antropologia, mesmo que não trate a questão no relatório. Afinado, na medida em que o difusionismo e o historicismo, com suas atenções voltadas às origens, às classificações e à diversidade das culturas, vão cedendo espaço para estudos que centrem mais profundamente o foco nas múltiplas relações de um determinado grupo. A necessidade de monografias completas que esgotassem o conhecimento de uma população passava a ser tão ou mais importante que as origens, as migrações, os traços similares encontrados ao longo de um espaço geográfico percorrido incansavelmente pelo etnógrafo.

Ao finalizar suas considerações sobre a 4ª secção nesse relatório de 1895, Goeldi faz uma proposta ao Governo em duas opções. A primeira, que o governo restabelesse o cargo de “Diretor dos Índios”, cargo este presente e desacreditado no Império por uma série de corrupções e abusos (que ele não cita quais foram). Argumentou que se escolhesse uma pessoa idônea com inclinações e habilitações para os estudos ethnographicos, funcionário subordinado como auxiliar à 4ª secção. A direção assumiria a chefia intelectual e o governo o aspecto financeiro de diversas expedições. A segunda, se não se encontrasse uma pessoa com aquelas características, que o governo autorizasse o Diretor a buscar no exterior um profissional para a direção daquela seção, que teria como função empreender viagens metódicas para coleções segundo os critérios que ele havia exposto.

Goeldi coloca que não hesitaria se houvesse um segundo Ferreira Penna, mas amigos sinceros consideravam essa busca uma utopia. Finalmente, adverte o governador das especulações e vandalismos nas necrópoles e nos “cerâmios” da população aborígene do Estado. Lembra-lhe que nos últimos decênios, tendo percorrido os relatórios presidenciais, nem estatística do número de aborígenes havia. Só havia encontrado informações relativas a essa população no governo de Francisco Carlos de Araújo Brusque (um dos governos em que Ferreira Penna serviu como secretário).

“Realmente, se a occupação com os índios já não fôsse um desideratum directamente originado agora pela nossa organização do Museu Estadual e a secção de ethnographia n’ella contemplada, eu chama-la-ia um postulado da civilização, da philantropia e do progresso, que sustentamos na bandeira da nova era. Queremos fazer menos que no tempo do Império? Certamente que não. E direi, que não basta fazer mais, é preciso fazer melhor. Não esqueçamos, que teremos por juizes as futuras gerações, cuja literatura não perdoará o descuido, o desleixo e a desatenção para com a ethnographia pátria. Que a geração actual salve a sua responsabilidade em tempo.” (Idem:225)

No relatório seguinte, de 1896, Goeldi se limita, num pequeno parágrafo, a colocar que o lugar de chefe da seção ethnographica ainda não havia sido preenchido, sendo que por esta razão o Museu ainda não havia tomado sua feição definitiva. Justifica falta de tempo para se dedicar ao assunto, sobretudo ocupado com a procura, vinda e orientação de especialistas da 1ª, 2ª, e 3ª seções.

Continuando a acumular a direção com a chefia da 4ª seção, Goeldi, no relatório de 1897, informa que havia sido infrutíferos seus esforços para encontrar um profissional idôneo e disposto a vir ao Pará. Finaliza o parágrafo lembrando as intenções do governo quanto ao assunto, e reiterando a sua incumbência e esperança.

No relatório de 1898 volta à questão, mas desta vez esclarecendo que dois especialistas se apresentaram, sem citá-los. Mas, segundo ele, lembrando que em conformidade com a compreensão do governo estadual e dele próprio:

“... que os vencimentos previstos não eram suficientes na actual conjuntura para contractar um especialista. Esta compreensão, de par com a convicção, que os outros especialistas do Museu, anteriormente vindos como chefes das três secções restantes, foram mui sensivelmente prejudicados pela carestia de vida e necessariamente seriam, pela manifesta insuficiência dos meios, forçados a repatriar-se, rescindindo os seus contratos, foi origem de ordem verbal do govêrno para esta Diretoria, de estudar mais de perto a questão e apresentar um projeto e base de vencimentos, que salvasse tão dedicados e experimentados profissionais de uma posição humilhante, inversa àquela que os representantes da sciência encontram nos paizes adiantados da Europa, América do Norte e colonias transmarinnas dependentes de povos civilizados”. (Goeldi 1898: 36-37)

Os relatórios subseqüentes não mais tocaram na questão. Emílio Goeldi continuou acumulando a direção e a chefia provisória da 4ª secção até o final de sua gestão. Jaques Huber, que o substituiu de 1907 a 1914, como também Emilia Snethlage, de 1914 a 1921, foram como ele diretores e chefes provisórios da seção de Ethnographia e Archeologia.

3. Ciências Antropológicas: o mínimo espaço

Como vimos anteriormente, foram quatro os trabalhos referentes à seção de Ethnographia e Archeologia publicados no Boletim do Museu Paraense em sua fase de CONSOLIDAÇÃO, de 1894 a 1921.

A seguir situaremos cada um deles, a sua contribuição e o seu significado para a ciência da época.

Em 1895, foi realizada uma missão de exploração no litoral da Guiana brasileira nos rios Maracá e Anauerá-Puçú pelo Museu. Foi uma missão bastante abrangente, com pesquisadores de diversas seções: Botânica, Zoologia, Geologia e Archeologia, tendo sido chefiada pelo tenente-coronel Aureliano Pinto L. Guedes.

O começo da exploração deu-se entre os rios Cunany e Cassiporé. Depois seguiram para a região do Amapá e zona dos lagos vizinhos.

Com relação à Archeologia foram descobertas várias cavernas funerárias no rio Cunany, no igarapé rio Branco, na ilha de Fortaleza e outros, contendo uma série de objetos de cerâmica, entre urnas funerárias, alguidares, potes, machados de pedra, etc.

Trabalho publicado sob o título: "Missão ethnographica e archeologica aos rios Maracá e Anauerá-Puçú" (Tomo II, 1877 a 1898), pelo chefe da expedição, e que serviu de base a uma conferência realizada por Emilio Goeldi em 1896, e que é aberta com a seguintes palavras:

"Enormes, desesperadoras, quasi insuperáveis mesmo, são as dificuldades que encontra todo aquele que procura obter uma idéia clara e noção exacta do aspecto ethnographico que o Brasil apresentava na hora em que, pela primeira vez, a não do descobridor aportou, no momento em que principia a sua história, que é toda post-colombiana e abrange os últimos quatro séculos - um palmo sómente, por assim dizer, na longa escala da história universal (Goeldi 1897: 397).

Esta abertura nos dá uma noção aproximada dos problemas que Goeldi teve que enfrentar para familiarizar-se com uma matéria alheia à sua formação como zoólogo. Esse trecho, antecipa também o foco central de sua análise: a história, passo a passo, dos conhecimentos acerca da ethnographia do homem brasileiro.

Tal empreendimento significava buscar a sua origem e desdobramentos, suas migrações, sua classificação através de troncos lingüísticos e traços de cultura material, contidas nas investigações e evidências até aquele momento efetuadas e encontradas. Não resta dúvida de que se tratava de um trabalho de fôlego e requeria um poder de síntese aguçado para um artigo de vinte e uma páginas.

Goeldi começa pelas dificuldades com relação aos indígenas brasileiros da antiguidade, por terem tido uma índole diversa dos povos-arquitetos, como os Astecas mexicanos e os Incas peruanos, habitantes da região transandina. Teriam estes maior apego ao seu habitat, deixando inúmeros monumentos que justificariam o direito da existência de uma pré-história.

Os povos brásílicos, diversamente, migrat3rios e n3mades, cujo habitat era caracterizado pela provisoriade, pelo seu car3ter tempor3rio e ef3mero. Acrescentava a essas caracter3sticas a a3o delet3ria e corrosiva do clima, a 3ndole guerreira e belicosa de vizinhos que obrigavam a constantes migra33es. Mas, perguntava-se, como explicar a exist3ncia de uma aperfei3oada cer3mica?. Mesmo deixando clara a tend3ncia entre ornamenta33es nos artefatos dos moradores de Yucatan e os da Ilha de Maraj3, questionava por que, sendo o tijolo um suced3neo da cer3mica, a arquitetura n3o apresentava nenhum desenvolvimento, entre os habitantes daquela ilha.

“E com mais um passo chegar3mos 3 suposi3o de que aqueles 3ndios que por serem encontrados em certo e determinado lugar no momento da descoberta do Brasil, somos tentados a chamar de aut3ctones. talvez n3o o sejam, e que eles mesmos eram relativamente novos no Brasil. estrangeiros vindos de fora, gente que veio de mudan3a e ainda n3o pode resolver-se a fazer obras que desafiassem o dente roedor dos s3culos”. (Idem:399)

Para Goeldi, mesmo havendo argumentos etnol3gicos, geol3gicos e palentol3gicos que permitissem considerar o aparecimento do homem sul-americano em 3poca proporcionalmente recente, a falta de “historiadores coevos” da 3poca conquistadora n3o permitiu reconhecer “o fio de Ariadne” do problema etnol3gico. Guiados por “impress3es” provenientes de “viagens costeiras”, teriam sido v3timas de apressadas e grosseiras “preven33es”. Den3mina o erro capital dessa historiografia de TUPI-MANIA.

O Tupi-Guarani era uma entre dezenas de l3nguas que existiam entre os 3ndios brasileiros. Elevada 3 categoria de “L3ngua-Geral” pelos mission3rios, todas as restantes tornaram-se secund3rias. Com ela catequizavam e ensinavam, propiciando um nivelamento radical. Mesmo os 3ndios que tinham outra l3ngua, passaram a us3-la, o que gerava o apagamento de tra3os 3tnicos e peculiares de muitas tribos.

Goeldi critica a obsess3o de etn3logos e historiadores brasileiros pelo preconceito da predomin3ncia dos Tupis. Cita como exemplo a “Hist3ria do Brasil” de Varnhagen:

“... uma das melhores que possu3mos, por onde se v3 claramente que, para este ali3s illustre auctor. existiam essencialmente “Tupis” e “Tapuias” (Idem:401-402).

Goeldi salienta neste autor a maneira sum3ria como s3o tratados os chamados Tapuias.

Goeldi considerava a primeira obra sobre o problema etnológico brasileiro, a que foi elaborada por Carl Friedrich Philipp von Martius (*Beitrag zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerika's zumal Brasiliens*), e que havia estabelecido em 1867 nove troncos etnológicos principais entre os aborígenes brasileiros, portanto, ampliando em muito o sistema classificatório até então vigente.

Sem entrar em detalhes sobre as retificações que esta obra já havia sofrido por parte de diversos autores brasileiros e estrangeiros⁵, Goeldi considera que não houve uma reforma essencial do sistema de von Martius, até Karl von den Steinen e Paul Ehrenreich, realizada naquela década (*Durch Zentral-Brasiliens*). Em que consistia aquela reforma radical?

Em primeiro lugar, o contato direto e não proveniente de fontes documentais, com diversas tribos; no caso, com os moradores das cabeceiras do curso superior do rio Xingu. Essa região, porque supunha-se que ali, no centro do país, estaria a chave para a resolução do problema etnológico brasileiro. Em segundo, o arcabouço de conhecimentos provenientes de sua "tríplice ferramenta": a Linguística, a Antropologia e a Ética. Em terceiro, a elaboração de um novo sistema, que também era constituído de 9 troncos, mas que procedia a algumas retificações e mudanças do sistema de von Martius.

Dentre as modificações que diziam respeito especialmente ao Estado do Pará, e Goeldi encaminha a reflexão para a obra de Ferreira Penna, coloca que seria necessário ocupar-se com quatro troncos: Tupis, Gês, Karaíbas e Nú-Aruaks.

Sobre a origem dos construtores de cerâmios, Ferreira Penna mantinha a tese de que eram originários do planalto central de Minas Gerais (teoria de Lund), e que seriam Karaíbas, sendo a direção de sua corrente migratória do centro para o norte, depois Guianas, Antilhas, etc., como já nos referimos anteriormente. Emílio Goeldi contesta essa origem. Para ele, Ferreira Penna teria permanecido no erro de considerar os Aruãs como Karaíbas toda a vida, dado que as pesquisas que estabeleceram a ligação dos Aruãs com o tronco dos Nú-Aruaks seriam posteriores a Penna. A fonte do equívoco seria de ordem lingüística. Não só o velho Anselmo (informante da língua Aruã para Penna)

⁵ Couto de Magalhães, Severiano da Fonseca, José Veríssimo, Capistrano de Abreu, Barbosa Rodrigues, Ladislau Netto, João B. de Lacerda, Ferreira Penna, Wallace, Harit, Crevaux, etc.

ter-se-ia esquecido de seu idioma paterno, como von den Steinen, ao publicar uma sinopse comparativa das línguas Nú-Aruaks, não havia deixado dúvidas da filiação dos Aruãs a esse tronco “ethnológico”.

“Foram estes Nú-Aruaks que, com bastante probabilidade, irradiaram das Antilhas para o sul, ocupando o litoral da Guyana até a foz do rio Amazonas, e que, nos Tupis do littoral por um lado, e nos Karaíbas centro-brasílicos por outro, encontraram inimigos e adversários, que lhes inflingiram a imperiosa necessidade de mudar de rumo e direção originária da marcha tentada”. (Goeldi 1896:409)

Essa tese, Goeldi a corrobora através de evidências e estudos realizados por vários etnólogos: segundo Paul Ehrenreich, a cerâmica Aruã representaria a suprema produção artística atingida por indígenas sul-americanos fazendo concorrência com os melhores artefatos peruanos. Segundo von den Steinen, a olaria por ele estudada no Xingu era proveniente de tribos do tronco Nú-Aruk e apresentava um parentesco com as do Pará. Além desse fato, em todo o **Brasil Central** onde se encontravam cerâmica artística, os mestres e **introdutores** foram nú-aruaqs, na maioria das vezes mulheres roubadas. Segundo Barbosa Rodrigues, que estudou a cerâmica Mirakanguera, atribuída por ele a membros da família Nú-Aruk, tanto os costumes funerários, como as tradições artísticas e a habilidade industrial e técnica dos Nú-Aruaks, ainda existiam no norte da América do Sul, entre os Arrowak na Guiana Inglesa e Holandesa.

Finalmente, Goeldi faz uma série de considerações sobre a cerâmica funerária de Marajó, Counany e de Maracá, que foram descobertas pela única missão de exploração arqueológica realizada pelo Museu durante sua gestão e lança a conclusão de sua conferência. Qual seja, que esta cerâmica seria post-colombiana. A evidência para tal afirmação foi o achado de “miçangas” (pérolas de vidro) numa igaçaba do cerâmio de Maracá.

“Que são de vidro. averiguamos, pois dão a característica reacção de coloração azul, submetendo-as ao aquecimento com a junção de cobalto. São lapidadas, tem um furo central - são, em breves termos, artefatos de uma adiantada indústria européia, como o Índio nunca as pode fazer, e são provavelmente pérolas venezianas” (Idem:417).

Para corroborar ainda mais esse argumento, Goeldi compara essa cerâmica funerária de Maracá com as de outros lugares, como Marajá, Counany e Mirankanguera. Coloca que as primeiras teriam um aspecto mais primitivo, podendo à primeira vista considerá-las até mais antigas que as outras. Sugere uma idade máxima de 350 anos para essa cerâmica.

A evidência central desse argumento de Goeldi estava relacionada com os mussangas achados numa igaçaba, e consideradas de origem veneziana. Goeldi

a partir desse achado definiu a idade dessa cerâmica como de 350 anos, portanto de fabricação pós-colombiana.

É possível considerar uma determinada igaçaba como tendo sido fabricada em data relativamente recente, mas o autor não se ateve a este detalhe e considerou a idade do conjunto cerâmico.

Muito posteriormente as datações com carbono 14 e mais recentemente através da análise do D.N.A., a arqueológica passou a se utilizar de técnicas precisas para datações.

Há ainda bastante controversia sobre: origem, desenvolvimento e estagnação dessas culturas, mas as datações mais recentes apontam uma média de 1.000 a.C. para sambaquis e cerâmicas marajoaras (ver Roosevelt, Ana C., 1992). Roosevelt, Ana Curtenius, 1992: "Arqueologia Amazônica", em Manuela Carneiro da Cunha (org.) "História dos Índios do Brasil". FADESP / SMC / Cia da Letras, S.P.

A evidência central desse argumento de Goeldi estava relacionada com as missangas achadas numa igaçaba, e consideradas de origem veneziana. Goeldi a partir desse achado definiu a idade dessa cerâmica como de 350 anos, portanto de fabricação pós-colombiana.

É possível considerar uma determinada igaçaba como tendo sido fabricada em data relativamente recente, mas o autor não se ateve a este detalhe e considerou a idade do conjunto cerâmico.

Muito posteriormente às datações com carbono 14 e mais recentemente através da análise do D.N.A., a Arqueologia passou a se utilizar de técnicas precisas para datações.

Há ainda bastante controvérsia sobre: origem, desenvolvimento e estagnação dessas culturas, mas as datações mais recentes apontam uma média de 1.000 a.C. para sambaquis e cerâmicas marajoaras (ver Roosevelt, Ana C., 1992).

A esse trabalho na área antropológica, não se seguiu nenhum outro, durante sua permanência na direção e na chefia da 4ª seção.

Nas gestões posteriores, mas ainda nesta mesma fase de CONSOLIDAÇÃO, por considerarmos que permaneceram ainda as influências administrativas e ideológicas de Goeldi, foram publicados somente mais dois trabalhos nesta área.

Na gestão de Jaques Huber, biólogo, de 1907 a 1914, portanto sete anos, foi publicado o artigo intitulado: “A Cuvade”, de R.R. Schuller (1909 Tomo IV, 236-245). A publicação nada esclarece sobre o autor. O artigo trata dessa prática, na qual, em dando à luz uma criança, não é a mãe que convalesce após o parto, mas o pai. É uma espécie de relato “enciclopédico” de vários casos registrados e as várias teorias a respeito.

Dentro da perspectiva que Goeldi tinha da Etnologia, seria certamente considerado um trabalho menor, pitoresco, na medida em que ele considerava a importância de monografias completas que esgotassem o conhecimento de um povo. Desde 1895, já sintonizado com os avanços dessa ciência, tal tipo de análise poderia ter sido considerado por ele como diletante.

Na gestão de Emilia Snethlage, zoóloga, de 1914 a 1921, portanto sete anos, foi publicado o vocabulário comparativo dos índios Chipaya e Curuahá” (1919: 93-99). Esse trabalho estava acoplado a uma viagem de exploração que Snethlage empreendeu a uma das regiões menos conhecidas até então, que foi publicado juntamente com a anterior, este titulado: “A travessia entre o Xingú e o Tapajós”.

As únicas notícias que se tinha daqueles índios haviam sido colhidas pelo príncipe Adalberto da Prússia e por H. Coudreau, que, no entanto, não tiveram contato direto com eles. A importância desse trabalho etnográfico deu-se mais por este fato, e pelo recolhimento de seu vocabulário.

Portanto, em 27 anos da fase de CONSOLIDAÇÃO do Museu, foi mínimo o espaço dedicado às ciências antropológicas, sem um projeto definido e sem continuidade. O projeto inicial de Goeldi para a área não sensibilizou os poderes públicos, com dotação de verbas para escavações metódicas ou mesmo para a realização de trabalhos monográficos. Quando conseguiu autorização para o contrato de um especialista, a situação financeira do Museu estava aquém desse empreendimento.

CONCLUSÃO

As primeiras duas fases do Museu Paraense, até agora analisadas nos colocam frente a várias considerações finais.

A primeira delas é que não houve continuidade da idéia inicial, no que se relaciona especialmente à Antropologia, mas ruptura entre a fase de formação e a de consolidação.

Mesmo sendo uma instituição incipiente, o Museu dirigido por Ferreira Penna produziu maior número de estudos acerca do homem amazônico do que o dirigido por Emílio Goeldi. Mas é preciso circunstanciar o horizonte intelectual compreendido nessas duas fases.

Desde final do século XVIII até finais do século XIX, o paradigma evolucionista, com suas variantes e implicações em vários ramos do saber, dominava esse horizonte. Não era propriamente uma teoria, mas uma série de postulados que orientavam desde as ciências naturais até doutrinas políticas, como o positivismo. Todo o século XIX, a era dos Museus de História Natural, considerava as sociedades não civilizadas, sem escrita, como inseridas na ordem natural, e como tal deviam ser estudadas, classificadas e compreendidas. A história se inscrevia numa macro-ordem, que pressupunha uma evolução, na qual a sociedade europeia seria o último estágio.

A primeira estruturação do evolucionismo na Antropologia deu-se na Escócia, em 1777, com William Robertson, que privilegiava a leitura de peças Arqueológicas para o estudo das eras, o desenvolvimento e a datação dos ciclos evolutivos por que passava a humanidade. Posteriormente, pelos anos de 1860-1880, ocorrem duas variantes: a escola anglo-americana, com Tylor, Frazer e Morgan, e a escola alemã, com Carl von den Steinen e Paul Ehrenreich - herdeiros da tradição de Spix e Martius.

A escola anglo-americana, conhecida como evolucionista, interessava-se pela busca de uma razão comum e universal que conseguisse dar conta da diversidade das sociedades humanas. Importava era o processo de mudança, como diferenciação dentro de uma escala única que ia do primitivo ao moderno. Além do conceito de evolução, profundamente sedimentado, o de difusão permitia, através de traços semelhantes encontrados em diversas regiões, traçar as vias migratórias, ascendências, descendências, para se auferir elos e origens.

Para a escola alemã, com raízes antigas na cultura germânica, o que importava eram as culturas ou os povos diversos. O etnólogo se interessava pela sua classificação, origens e migrações. A classificação existia em função da diversidade, e a difusão era também fundamental para o estabelecimento de migrações, aspecto privilegiado.

Portanto, bastante próximas, se diferenciavam com relação ao sentido da diversidade. Enquanto para a escola alemã a classificação privilegiava a diversidade por si mesma; para os anglo-americanos, a classificação existia não como função daquela, senão como diferenciação dentro de uma escala única que ia do primitivo ao civilizado.

Na fase de Formação do Museu Paraense, o impulso nas investigações antropológicas estava voltado para descobertas e escavações de sítios arqueológicos. Havia muito mais ênfase para o atualmente denominado “trabalho de campo” que para a discussão teórica. O paradigma evolucionista ainda se apresentava sem muita variação e as maiores polêmicas davam-se em torno dos diversos caminhos e evidências para se estabelecer origens e migrações.

O conceito de evolução e os esquemas de desenvolvimento dos aspectos da cultura sofriam uma carência de comprovação de dados. A maioria dos antropólogos era de gabinete, manejando com maestria narrações e informações de viajantes e missionários. Na maioria dos casos, os evolucionistas estavam mais para filósofos sociais por se afastarem dos dados empíricos.

Se a falta de uma formação científica rigorosa pode ser sentida nos seus trabalhos, como o próprio Ferreira Penna muitas vezes anotou, não cabe dúvida de que a compensou com exatas descrições, que lhe proporcionaram olhar para a realidade sem preconceitos rigidamente estabelecidos. Teve a formação de um humanista, foi um grande viajante e pesquisador de campo. Não sendo um acadêmico, enriquecia seus textos com reconstituições históricas, o que, de certa forma, o afastava dos teóricos evolucionistas e o aproximava de desenvolvimentos posteriores da teoria antropológica, como em Boas, que, com o rigor dos dados empíricos, lançava mão de reconstituições históricas sempre que fosse possível.

Já na fase de Consolidação, as discussões teóricas se ampliam entre os que privilegiavam o conceito de difusão e o de evolução. Difusionistas e evolucionistas animam o panorama. Aos evolucionistas criticavam-se suas generalizações apressadas; aos difusionistas como “coleccionadores de traços”.

Goeldi, sintonizando com essa polêmica, propôs seu projeto de estudos antropológicos para o Museu, que não foi levado a cabo. Propunha que se fizessem monografias completas para se esgotar todos os aspectos de uma tribo estudada. Orientação esta que principiou dentro da linhagem difusionista alemã por Koch-Grünberg, na primeira metade do século XX, denominado de trabalho intensivo, com predomínio da perspectiva de se conhecer a fundo uma tribo, em contraste com o trabalho extensivo, próprio aos difusionistas que privilegiavam o conhecimento, mesmo que superficial, de várias etnias de um espaço geográfico.

Questões de ordem política e institucional abortaram esse projeto.

Perdeu-se o barco da história para a Antropologia no final do século XIX, o Museu Paraense equiparou-se, assim, aos outros Museus de História Natural brasileiros, mas retrocedeu ao seu próprio avanço quando foi fundado, o de ter uma seção própria para estudos etnográficos que objetivava O Estudo do Homem do Vale Amazônico.

Esse projeto só voltaria a ser recuperado em meados do século XX, portanto, quase um século após, quando Kurt Nimuendajú passou a colaborar com o Museu.

Organizou coleções arqueológicas, viajou para adquirir e montar coleções etnográficas, ministrou cursos e, com o apoio de mais duas instituições (Smithsonian Institution e Museu Nacional), elaborou o Mapa Etnohistórico, resultado de 45 anos de convivência e estudos entre os indígenas brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. 1938. *O Brasil no século XIX. em Ensaios e Estudos*, 3. Série. Rio de Janeiro Livraria Briguiet.
- BALDUS, H. 1954. *Bibliografia Crítica de Etnologia Brasileira*, Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo.
- CUNHA, O. R. 1989. *Talento e Atitude: Estudos Biográficos do MPEG*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- CUNHA, O. R. 1991. *Onaturalista Alexandre Rodrigues Ferreira*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- ENCICLOPÉDIA Einaudi. 1984. *Memória e história*. Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, v. 1.
- FERREIRA PENNA, D.S. 1973: "Apontamentos sobre os cerâmios do Pará" (1877:143-175); "A Ilha de Marajó" (1876:27-122); "O Tocantins e o Anapú" (1864:67-144); In: OBRAS COMPLETAS DE DOMINGOS SOARES FERREIRA PENNA, V. 1 e 2, Belém. Conselho Estadual de Cultura.
- GAMA e ABREU, J. C. (Barão de Marajó). 1986. Carta resposta (1895:85). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Belém, 1.
- GOELDI, E. 1896. "Carta Circular" (1894:8-10); "Relatório sobre o estado do Museu Paraense" (1894:11-22); "Offício ao Barão de Marajó" (1894:83); "Relatório apresentado pelo Diretor do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará" (1895:223). Bol. do Mus. Para. Emílio Goeldi, Belém, 1.
- GOELDI, E. 1898. O Estado Actual dos Conhecimentos sobre os Índios do Brasil, especialmente sobre os índios da Foz do Amazonas no Passado e no Presente" (1896), Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Belém, 2:397.
- GOELDI, E. 1902. "Relatório Apresentado pelo Diretor do Museu Paraense ao Sr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará" (1898). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Belém, 3:36-37.
- HOEBEL, E. A. 1973. *Antropologia: El Estudio del Hombre*. Barcelona. Omega.
- LUND, P. G. 1840. Carta ao Instituto Histórico e Geográfico. Rev. Inst. Hist. Geogr. Rio de Janeiro, 2.

- OLIVEIRA, A. E. 1988. "Modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (século XVII ao XX). Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, ser. Ant. Belém, 4(1).
- OLIVEIRA, R. C. 1988. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/MCT/CNPq.
- PEREIRA, L. M. 1943. *A Vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro, J. Olympio. (Coleção Documentos Brasileiros, 37).
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. 1840. Rio de Janeiro. 1856 (T. 19); 1859 (T. 22); 1860 (T. 23).
- ROOSEVELT, A. C. 1992: Aqueologia Amazônica, In: CUNHA, M. C. (org.) *História dos Índios no Brasil*. FAPESP / SMC / Cia das Letras, S.P.
- ROQUE, C. 1986. *Grande Enciclopédia da Amazônia*, Amazônia Ed.
- SANTOS, R. 1980. *História Econômica da Amazônia 1800-1920*. São Paulo, Quairós.
- SCHWARCZ, L. K. M. 1989. "O Nascimento dos Museus Brasileiros" In: Sergio Miceli (org.), 1989. "História das Ciências Sociais no Brasil", v. I Vértice, Idesp/Finep SP.
- SODRÉ, L. 1896. "Crenças e Opiniões", Belém, Typografia do Diário Oficial.
- VERÍSSIMO, J. 1896. D.S. Ferreira Penna - notícia sobre sua vida e seus trabalhos". Bol. Para. Hist. Nat. e Etnogr. Belém, 1:57-74.

Recebido em 15.12.92
Aprovado em 10.03.93